



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

### ANEXO III – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E BIBLIOGRAFIAS

#### 1ª PARTE - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA CADA CARGO

**LÍNGUA PORTUGUÊSA (NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO):** Textos: Interpretação de textos. Significado das palavras. Antônimos e parônimos. Fonética e fonologia: Identificação de vogais, semivogais e consoantes. Letras e fonemas. Identificação de encontros vocálicos e consonantais. Separação de sílabas. Classificação dos vocábulos pela posição da sílaba tônica. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas. Acentuação gráfica: princípios básicos (regras), Classe de palavras (classes gramaticais). Tipos de sujeito e predicado.

**LÍNGUA PORTUGUESA (NÍVEL FUNDAMENTAL):** Textos: Interpretação de textos. Significado das palavras. Sinônimos e antônimos, homônimos e parônimos. Fonética e fonologia: Identificação de vogais, semivogais e consoantes. Letras e fonemas. Identificação de encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Separação de sílabas. Classificação dos vocábulos pelo número de sílabas. Classificação dos vocábulos pela posição da sílaba tônica. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas. Acentuação gráfica: princípios básicos (regras), classificação das palavras quanto à posição da sílaba tônica. Classe de palavras (classes gramaticais). Tipos de sujeito e predicado. Tipos de verbos.

**LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E NÍVEL SUPERIOR):** Textos: Interpretação de textos Ortografia: Uso das letras. Uso dos acentos gráficos. Pontuação: Uso dos sinais de pontuação. Fonética e fonologia: Letras e fonemas. Identificação de vogais, semivogais e consoantes. Identificação de encontros vocálicos e consonantais. Separação de sílabas. Classificação dos vocábulos pelo número de sílabas. Classificação dos vocábulos pela posição da sílaba tônica. Morfossintaxe: Classes de palavras. Flexão do nome e do verbo. Concordância nominal e verbal. Emprego de pronomes, preposições e conjunções. Relações entre as palavras. Concordância verbal e nominal. Frase (definição, ordem direta e inversa). Oração e período. Termos da oração (sujeito e predicado, predicado verbal, nominal e verbo-nominal, verbos transitivos, intransitivos, de ligação e seus complementos, adjunto adnominal e adverbial). Classificação de orações (coordenadas e subordinadas). Vozes do verbo (ativa, passiva e reflexiva). Colocação dos pronomes oblíquos. Uso da crase. Significação das palavras. Homônimos e parônimos. Sinônimos e antônimos. Linguagem figurada. Identificação e interpretação de figuras de linguagem.

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL:** Lei Orgânica Municipal, Regime Jurídico dos Servidores Municipais.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

#### 2ª PARTE - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CADA CARGO

**COZINHEIRO:** Trabalho em equipe multiprofissional. Boas Maneiras. Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Conceitos de pré-preparo dos alimentos como descascar cortar e higienizar segundo normatização da vigilância sanitária, confeccionar preparações como: saladas, sobremesas, café/chá e outras que lhe foram atribuídas. Higienização e desinfecção de utensílios, equipamentos e instalações segundo normas técnicas padronizadas pela vigilância sanitária. Higiene pessoal. Higiene na manipulação de alimentos. Técnicas de conservação de alimentos. Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo. Materiais utilizados na limpeza em geral. Conhecimento das Técnicas de boas práticas de elaboração e serviço de refeições coletivas. Procedimentos para recolhimento de lixo. Importância do uso de uniforme e manutenção do mesmo. Controle de Estoque de Material de Limpeza e de cozinha.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

Cartilha de boas práticas para serviços de alimentação. (disponível em [http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/83f33080474581508d9fdd3fbc4c6735/cartilha\\_gicra\\_final.pdf?MOD=AJPERES](http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/83f33080474581508d9fdd3fbc4c6735/cartilha_gicra_final.pdf?MOD=AJPERES))

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia Alimentar para a População Brasileira. Promovendo a Alimentação Saudável.

(disponível em [http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/05\\_1109\\_M.pdf](http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/05_1109_M.pdf))

NR 24 - Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

**AGENTE DE EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EXTENSÃO DE REDE DE ESGOTO:** Noções Elementares de Hidráulica: Conceitos elementares das partes constituintes de um sistema de abastecimento de água e de esgotos. Noções sobre unidades de medidas hidráulicas: volumes de água, vazão, velocidade, pressões, áreas, níveis. Identificação e leitura de instrumentos de medição de vazão, de pressão e de níveis, (hidrômetros, manômetros e indicadores). Noções sobre materiais e equipamentos hidráulicos, ferramentas e acessórios utilizados na manutenção de sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgotos. Tubos, peças e conexões de Ferro Fundido (FoFo), Aço, PVC, PEAD, Fibra de vidro e PVC reforçado com fibra de vidro (PVC+RF). Identificação e uso das principais ferramentas utilizadas na manutenção dos sistemas hidráulicos e eletromecânicos (pás, picaretas, alavancas, martelos, marretas, chaves de fenda, chave de fenda tipo phillips, arco de serra, chaves de boca, chaves frezadas, chaves de grifo, tirfor, alicates diversos, furadeiras, esmerilhadeiras, compactadores, eletrobombas, bombas a motor a explosão). Legislação.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

#### **BILIOGRAFIA:**

Noções elementares de sistemas hidráulicos. (disponível em [http://tecem.com.br/site/downloads/material\\_didatico/NOCOES\\_ELEMENTARES\\_DE\\_SISTEMAS\\_HIDRAULICOS\\_PARTE\\_01.pdf](http://tecem.com.br/site/downloads/material_didatico/NOCOES_ELEMENTARES_DE_SISTEMAS_HIDRAULICOS_PARTE_01.pdf))

Regulamento dos serviços de água e esgoto da CORSAN (disponível em <http://www.transparencia.corsan.com.br/rsae/RSAE.pdf>)

LEI Nº 11.445/07 – Lei do Saneamento

Operação e manutenção de redes coletoras de esgoto (disponível em [http://www.nurene.com.br/esgoto/operacao\\_e\\_manutencao\\_de\\_redes\\_coletoras\\_de\\_esgotos.pdf](http://www.nurene.com.br/esgoto/operacao_e_manutencao_de_redes_coletoras_de_esgotos.pdf))

<http://www.saema.com.br/files/Conteudo%20volume%20III%20%20Especificacoes.pdf>

**AGENTE DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS:** Higienização, tamponamento, conservação de restos mortais humanos e tanatopraxia. Armazenagem temporária de restos mortais humanos. Capina (métodos e equipamentos), preparo de sepulturas (equipamentos, materiais, medidas). Manipulação de cordas de sustentação do caixão. Abertura e fechamento da sepultura (procedimentos). Limpeza e conservação. Transporte, Inumação, cremação, trasladação e exumação de cadáveres.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

Manuais de Orientação do trabalho de coveiro e de procedimentos administrativos do cemitério.

ANVISA - Orientações técnicas para o funcionamento de estabelecimentos funerários e congêneres (disponível em [http://www.anvisa.gov.br/institucional/snvs/descentralizacao/orientacoes\\_tecnicas\\_funerarias.pdf](http://www.anvisa.gov.br/institucional/snvs/descentralizacao/orientacoes_tecnicas_funerarias.pdf))

**MARINHEIRO E MOTORISTA CONDUTOR FLUVIAL:** Navegação fluvial. Segurança do tráfego aquaviário. Segurança e saúde no trabalho.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

Navegação fluvial. (disponível em <https://www.mar.mil.br/dhn/bhmn/download/cap-40.pdf>)

Decreto 4136/02

Decreto 2596/98

Lei 9.966/00

NR 30 – Segurança e saúde no trabalho aquaviário

#### **MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS**

Normas de segurança, higiene e saúde no trabalho. Uso de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva). Manutenção de retroescavadeira e pá-carregadeira. Manutenção Preventiva.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

#### **BIBLIOGRAFIA**

Apostila de Manutenção Mecânica, módulos I e II. (disponível em <http://www.cedtec.com.br/biblioteca.html>)

Apostila de Manutenção Preventiva (disponível em <http://www.cedtec.com.br/biblioteca.html>)

NR 4 – Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho.

NR 6 – Equipamentos de proteção.

NR 11 – Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.

NR 31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura.

**MESTRE REGIONAL:** Navegação fluvial. Segurança do tráfego aquaviário. Normas para a capitania os Portos. Segurança e saúde no trabalho.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

Navegação fluvial. (disponível em <https://www.mar.mil.br/dhn/bhmn/download/cap-40.pdf>)

Decreto 4136/02

Decreto 2596/98

Lei 9.966/00

NR 30 – Segurança e saúde no trabalho aquaviário

Normas para a capitania os Portos. (disponível em: <https://www.mar.mil.br/cprs/cprs/segtrafego/npcp/npcprs.htm>)

**MOTORISTA E MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR:** Legislação de trânsito: Sistema nacional de trânsito - disposições gerais; composição; competências. Normas gerais de circulação e conduta - posicionamento; preferência; ultrapassagem; uso de luzes; uso de buzinas; parada e estacionamento; classificação das vias; velocidade. Pedestres e condutores de veículos não motorizados. Sinalização - vertical; horizontal; luminosa; sonora; gestos; auxiliar. Habilitação - carteira nacional de habilitação; permissão para dirigir; requisitos; aprendizagem; exames; categorias; expedição. Infrações - tipificação; caracterização; classificação; pontuação. Penalidades - advertência por escrito; multa; suspensão do direito de dirigir; apreensão do veículo; cassação da carteira nacional de habilitação; cassação da permissão para dirigir; participação obrigatória em curso de reciclagem. Direção defensiva. Definição. Elementos da direção defensiva. Condições adversas. Acidentes: tipos; como evitar. Drogas e medicamentos. Noções de primeiros socorros. Avaliação primária. Manutenção dos sinais vitais. Avaliação secundária. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

Lei 9.503/97 – Código Brasileiro de trânsito. (atualizado)

Manuais de Sinalização de Trânsito – DENATRAN



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Cartilha de Noções Básicas de Primeiros Socorros - DENATRAN  
Cartilha de Direção Defensiva – DENATRAN

**TRATORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS:** Noções de direção defensiva. Noções de Identificação e prevenção de defeito. Operação dos sistemas hidráulicos. Uso correto da direção, embreagens e freios. Noções de regras de segurança do equipamento. Prevenção de Acidentes. Normas de segurança no, higiene e saúde no trabalho. Uso de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva).

#### **BIBLIOGRAFIA:**

Lei 9.503/97 – Código Brasileiro de trânsito. (atualizado)  
NR 6 – Equipamentos de proteção.  
Cartilha de Direção Defensiva – DENATRAN  
Cartilha de Primeiros Socorros - DENATRAN  
Regras de segurança nas operações e manutenção de tratores SEST –SENAT 2003  
Instruções de operação.  
NR 31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, exploração Florestal e Aquicultura,

**MONITOR ESCOLAR E MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR:** Questionamentos sobre: Cuidados e atenção com crianças. Desenvolvimento infantil. Limpeza e conservação dos objetos de uso, de equipamentos e do local de trabalho. Segurança e higiene do trabalho. Noções gerais sobre: limpeza e higiene em geral. Hábitos de higiene. Alimentação. ECA

#### **BIBLIOGRAFIA:**

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.  
GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. Educação de 0 a 3 anos: O atendimento em creche. Artmed.  
PEREIRA, Denise Zimpek e outros Criando Crianças. Editora Magister.  
Ministério da Saúde. Dez Passos para uma Alimentação Saudável. (DISPONÍVEL EM [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/10\\_passos.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/10_passos.pdf))

**AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. Controle da Infecção e Biossegurança. Acolhimento e preparo de paciente para o atendimento. Métodos de esterilização e desinfecção, normas e rotinas de limpeza, assepsia, preparo de material e desinfecção do meio. EPI's em odontologia. Preparo e acondicionamento de materiais, instrumentais e equipamentos. Descarte de resíduos odontológicos. Manutenção e conservação de materiais e equipamentos. Preocupação e riscos ocupacionais. Princípios de Ergonomia na prática odontológica. Anatomia e fisiologia da cavidade bucal. Placa Bacteriana, identificação, relação com dieta, saliva e flúor. Instruções básicas de higiene bucal (escovação, uso de fio dental, controle e remoção da placa bacteriana). Processo saúde-doença bucal: características, aspectos epidemiológicos e prevenção dos principais agravos em saúde bucal: cárie, doença periodontal, má-oclusão e lesões da mucosa. Educação em saúde em nível individual e coletivo. Competência da ACD para a abordagem dos problemas de saúde bucal das pessoas por ciclo de vida, de grupos em condições especiais (gestantes), de pessoas com doenças crônicas (hipertensão, diabetes melitus, DST/AIDS) e pessoas portadoras de deficiências. Técnicas auxiliares no trabalho odontológico. Materiais e Instrumentais odontológicos, indicação, utilização e manipulação. Organização administração da clínica odontológica. Emprego dos sistemas de informação (SIAB E SAI), agendamento, registro e arquivamento de documentação odontológica.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Técnico em Higiene Dental e Auxiliar de Consultório Dentário. (disponível em <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/LivretoTHDfinal.pdf>)

Biosegurança (disponível em [http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/09/manual\\_biosseguranca.pdf](http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/09/manual_biosseguranca.pdf))

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia de Recomendações para o uso de Fluoretos no Brasil. (disponível em [http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/livro\\_guia\\_fluoretos.pdf](http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/livro_guia_fluoretos.pdf))

Controle de Infecções e a Prática Odontológica em tempos de AIDS. (disponível em [http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/10/manual\\_conduta\\_odonto.pdf](http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/10/manual_conduta_odonto.pdf))

"Prontuário Odontológico – Uma orientação para o cumprimento da exigência contida no inciso VIII do art. 5º do Código de Ética Odontológica." (disponível em [http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/10/prontuario\\_2004.pdf](http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/10/prontuario_2004.pdf))

LEI Nº 11.889/08. Dispõe sobre o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal - TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal - ASB.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia curricular para formação do atendente de consultório dentário para atuar na rede básica do SUS. Volume 1.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

([http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_curricular\\_atendente\\_dentario\\_sus\\_v1\\_p1.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_curricular_atendente_dentario_sus_v1_p1.pdf))

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia curricular para formação do atendente de consultório dentário para atuar na rede básica do SUS. Volume 2. (disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_curricular\\_atendente\\_dentario\\_sus\\_v2\\_p1.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_curricular_atendente_dentario_sus_v2_p1.pdf))

BOWEN. W.H. & TABAK, L. "Cariologia para a década de 90". São Paulo, Santos.

CHAVES, MARIO M. Odontologia Social. Ed Artes Médicas.

CUNHA, L.P.M.; CARLINI, L.C. Anatomia e escultura dentária prática em laboratório. Livraria Editora Santos, São Paulo.

DELLA SERRA, O.; FERREIRA, F.V. Anatomia dental. São Paulo, Artes Médicas.

GRAZIANO, K.U. Embalagem de artigos odonto-médico-hospitalares. In: LACERDA, R.A. Controle de infecção em Centro Cirúrgico: Mitos, fatos e controvérsias. São Paulo: Atheneu.

KRIGER, LÉO (org.) – Promoção de Saúde Bucal, São Paulo: ABOPREV Artes Médicas.

LOESCHE, W.V. "Cárie Dental: Uma Infecção Tratável." Rio de Janeiro, Cultura Médica..

PINTO, VITOR GOMES – Saúde Bucal Coletiva, São Paulo: Santos. SANTOS, W.N.; COIMBRA, J.L. Auxiliar de Consultório Dentário. São Paulo; Rubio.

**PRODUTOR GRÁFICO:** Princípios fundamentais das Artes Gráficas. Fundamentos teóricos e conceituais de Projeto Gráfico. Papel: formatos de papéis – AA e BB. Características físicas, mecânicas, químicas, superficiais e estruturais. Aproveitamento de papéis para corte e impressão. Tipos de papéis e gramaturas. Tintas: tintas para a Indústria Gráfica: Cálculo de tintas para a impressão. Tintas de Escala. Mistura de tintas. Organização e Normas das Indústrias Gráficas. Controle de Qualidade na Indústria Gráfica. Conceito de reprodução gráfica das cores. Cálculos para orçamento de peças gráficas. Pré-impressão: síntese aditiva e subtrativa. Princípios fundamentais da luz. Tipos de iluminação. Gravação e revelação de chapas pré-sensibilizadas. Tipos de Provas. Correções e retoques. Fotolito e CTP (computer to plate). Conceito e relação pixel/resolução de imagem. Linguagem post script. Sistemas de impressão: direta e indireta. Segurança na indústria gráfica. Organização e Normas das Indústrias Gráficas Controle de Ph da água do sistema de molhagem de impressoras offset. Formatos de impressoras offset. Sequência de cores para impressão. Reticulagem: tipos e utilizações. Impressão Digital: Princípios de reprografia. Acabamento Editorial. Tipos de lombadas, dobras, grampos, colas e costuras.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

BAER, Lourenzo. Produção Gráfica I. Editora SENAC, 2ª Edição, São Paulo.

CARRAMILLO NETO, Mário, Produção Gráfica II: papel tinta, impressão e acabamento. Ed. Global, São Paulo.

COLLARO, Antônio Celso. Projeto Gráfico, Teoria e Prática da Diagramação. Summus Editorial, 4ª E. Ver. E.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

HANSEN, R., S.. Venit, Diane Burns. Desktop Publishing, Técnicas de Editoração Eletrônica. Editora Campus, Rio de Janeiro.

WILLIANS, Robin. Design para Quem não é Design. Editora Callis.

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. Noções de anatomia. Relações humanas no trabalho: equipe de trabalho e pacientes. Noções de microbiologia: infecção e desinfecção. Esterilização de materiais. Preparo e manuseio de materiais para procedimentos. Medidas de conforto: a) Preparo do leito, b) Movimentação, c) Transporte e higiene do paciente. Alimentação do adulto e da criança: a) Dietas, b) Administração. Preparo do paciente para exames e cirurgias: assistência a exames diversos. Assistência aos pacientes nas eliminações. Coleta de exames. Verificação de sinais vitais. Aplicação de calor e frio. Administração de medicamentos: dosagens e aplicação. Hidratação. Curativos. Sondagens. Cuidados no pré, trans e pós operatório. Prevenção de acidentes. Primeiros socorros. Assistência no pré-natal. Doenças comuns na infância. Programas saúde pública. Imunizações. Preparo do corpo após a morte. Prevenção e controle das infecções hospitalares. Pacto pela Saúde.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de Normas de Vacinação.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia para controle da hanseníase.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Procedimentos para Vacinação.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Rede de Frio – Ministério da Saúde – Fundação Nacional de Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual técnico para o controle da tuberculose: cadernos da atenção básica. Secretaria de Políticas de Saúde Departamento de Atenção Básica.

BRASIL. Portaria n.º. 2.616 de 12 de maio 1998. Dispõe sobre prevenção e controle das infecções hospitalares.





## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução nº. 311/07. Aprova a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

BOLICK, Dianna e outros. Segurança e Controle de Infecção. Reichmann & Affonso Editores.

LIMA, Idelmina Lopes de e outros. Manual do Técnico e Auxiliar de Enfermagem. Editora AB.

MARCONDES, Ayrton César. Programas de Saúde (2º Grau). Volume Único - Atual Editora.

SOARES, José Luis. Programas de Saúde. Editora Scipione.

VEIGA, Deborah de Azevedo; CROSSETTI, Maria da Graça Oliveira. Manual de Técnicas de Enfermagem. Sagra-DC Luzzatto Editores.

Brasil - Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS. Uma Construção Coletiva – Instrumentos Básicos. Brasília/DF. 2 ed. 2009;

Brasil - Ministério da Saúde. Diretrizes Operacionais – Pactos pela Vida, em defesa do SUS e de Gestão. Série Pactos pela Saúde 2006 - Vol. 01. Brasília/DF. 2006;

Brasil - Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Série Pactos pela Saúde 2006 - Vol. 04. Brasília/DF. 2006;

Brasil - Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Série Pactos pela Saúde 2006 - Vol. 07. 2 ed. Brasília/DF. 2006;

Brasil - Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Série Pactos pela Saúde 2006 - Vol. 07. 3 ed. Brasília/DF. 2006

**TÉCNICO EM INFORMÁTICA:** Principais aplicativos comerciais para Gerenciamento de Arquivos. Conceitos de organização e gerenciamento de arquivos. Pastas e Arquivos. Edição. Exibição. Principais aplicativos comerciais para utilização da Internet. Conceitos de Protocolo; Navegação páginas Web (www) e seus recursos. Correio Eletrônico e seus recursos. Proteção e Segurança. Redes de computadores. Meios Físicos. Camadas de Rede. Protocolos. Pacotes. Hardware. Placas-Mãe; Entrada/Saída. Periféricos. Barramentos. Montagem. PROGRAMA WORD A PARTIR DO 2003: Iniciando o Word. Utilizando os menus. Utilizando as barras de ferramentas. Utilizando atalhos. Manipulação de documentos (criar, editar, salvar e localizar, excluir, renomear). Selecionando textos. Técnicas para copiar e recortar/mover. Manipulando listas. Configurando página. Personalizando um documento. Formatando um documento. Formatando textos. Utilizando as opções do menu ferramentas. Manipulação de tabelas. Inserir símbolos, figuras, objetos e molduras. Utilizando índices e notas. Opções do Word. Personalizando o Word. Importando dados. PROGRAMA EXCEL A PARTIR DO 2003: Iniciando o Excel. Utilizando menus. Utilizando barra de ferramentas. Manipulação de planilhas. Formatação de planilhas, células, linhas e colunas. Utilizando funções. Utilizando ferramentas. Imprimindo planilhas. Manipulação de dados. PROGRAMA WINDOWS XP: Utilizando e configurando a área de trabalho. Trabalhando com janelas. Utilizando e configurando o meu computador. Utilizando e gerenciando atalhos. Configurando o ambiente do Windows. Utilizando o menu iniciar. Utilizar o Windows Explorer (será tomada como base a versão do Windows em Português, com as características DO Windows XP). Gerenciando discos.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

#### **BIBLIOGRAFIA**

BATTISTI, Júlio. Windows XP: Home e Professional: Para usuários e administradores. Rio de Janeiro: Axcel Books.  
BATTISTI, Júlio. Segurança no Windows XP. Rio de Janeiro: Axcel Books.  
NORTON, Pelter. Introdução à Informática. São Paulo, Makron Books.  
MEIRELLES, Fernando. Informática: Novas Aplicações com Microcomputadores. São Paulo. Makron Books.  
TORRES, Gabriel. Montagem de Micros. Rio de Janeiro. Axcel Books.  
KUROSE, James. Redes de Computadores e a Internet, São Paulo. Pearson Addison Wesley.

**VISITADOR DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR – PIM:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. Ética e serviço social. Prevenção e solução de problemas disciplinares. Saúde da Criança. Nutrição e alimentação saudável. Saúde da família. DST's e AIDS. Pedagogia. Maus tratos na infância. Prevenção de acidentes na adolescência em infância.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

BARROCO, M.L.S. Ética e Serviço Social - Fundamentos ontológicos. Cortez.  
BOYNTON, Mark. Prevenção e resolução de problemas disciplinares: guia para educadores. Artmed.  
BRASIL. Ministério da Saúde. AIDPI - Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância. Módulo 1 a 7.  
BRASIL. Ministério da Saúde. Dez Passos para uma Alimentação Saudável.  
BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Prático do Programa de Saúde da Família.  
BRASIL. Ministério da Saúde. Livro da Família. Aprendendo sobre AIDS e Doenças Sexualmente Transmissíveis.  
BRASIL. Ministério da Saúde. Manual dos Comitês de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

- CRAIDY, Carmem Maria & KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. Educação infantil: pra que te quero? Artmed.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa. Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia dos Sonhos Possíveis. Editora UNESP.
- GADOTTI, Moacir. História das Idéias Pedagógicas. Ática.
- IAMAMOTO, M.V. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. Cortez.
- MANTOVANI, Mariangela. Quando é necessário dizer não: a dinâmica das emoções na relação entre pais e filhos. Paulinas.
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Cortez.
- OUTEIRAL, José. Adolescer: estudos revisados sobre a adolescência. Revinter.
- PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Artmed.
- SCHNEIDER, Alessandra; RAMIRES, Vera Regina. Primeira Infância Melhor: uma inovação em política pública. UNESCO, Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde da Criança: Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Série Cadernos de Atenção Básica, n.11. (disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento\\_desenvolvimento.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento_desenvolvimento.pdf))
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderneta de Saúde da Criança – Menino e Menina (disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=29889&janela=1](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=29889&janela=1))
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Notificação de Maus-Tratos Contra Crianças e Adolescentes Pelos Profissionais da Saúde. (disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/notificacao\\_maustratos\\_crianças\\_adolescentes.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/notificacao_maustratos_crianças_adolescentes.pdf))
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Prevenção de Acidentes na Infância e Adolescência.
- SCHNEIDER, Alessandra. Primeira Infância Melhor: uma inovação em política pública / Alessandra Schneider e Vera Regina Ramires. Brasília: UNESCO, Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007. (disponível em [http://www.ecdgroup.com/docs/lib\\_004731408.pdf](http://www.ecdgroup.com/docs/lib_004731408.pdf))
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Programa Primeira Infância Melhor. Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador. Contribuições para políticas públicas na área do desenvolvimento infantil. Porto Alegre: Relâmpago, 2007.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Programa Primeira Infância Melhor. Guia da Gestante. 2.ed. Porto Alegre: Relâmpago, 2007.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Programa Primeira Infância Melhor. Guia da Família. 2.ed. Porto Alegre: Relâmpago, 2007.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. Portaria Nº 15/2003. Porto Alegre, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Estadual nº 42.199, de 07 de abril de 2003 - Institui o Comitê Estadual para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº. 12.544, de 03 de julho de 2006.

**ADMINISTRADOR:** Fundamentos da Administração; A Escola Clássica da Administração; Da Escola Clássica ao Sistema Toyota; Enfoque Comportamental; As Organizações e o Ambiente; Conceitos Emergentes; O Sistema de Administração de Recursos Humanos; Entendendo os Grupos e Desenvolvendo Equipes; Desenvolvendo Habilidades Interpessoais; Administrando a Mudança; A Tecnologia e o Desenho dos Processos de Trabalho; Administração de Compras; Administração de Estoques; Movimentação e Armazenagem de Materiais; Supply Chain; Administração do Patrimônio; Marketing Estratégico; Segmentação e Definição de Objetivos de Mercado; Logística; Planejamento Estratégico; Estratégias; Analisando a Estratégia; Formação da Estratégia; Mudança Estratégica; Conceitos de Tecnologia da Informação; Sistemas de Informações Empresariais; Sistemas de Informações nos Negócios e na Sociedade; Introdução à Administração Financeira; Conceitos Financeiros Fundamentais; Decisões de Investimento de Longo Prazo; Decisões de Financiamento de Longo Prazo; Contabilidade; O Processo Contábil; Patrimônio; Balanço Patrimonial; Outras Demonstrações Financeiras; Análise das Demonstrações Financeiras; Entendendo e Viabilizando a Gestão da Qualidade; Implementando a Gestão da Qualidade; Gerenciando os Programas de Qualidade; Contabilidade Pública; Orçamento Público; Receita Pública; Despesa Pública; Patrimônio Público.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos. Ed. Compacta. São Paulo: Atlas.

DIAS, Marco Aurélio. Administração de materiais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas.

DIAS, Sérgio R coordenador. Gestão de marketing. São Paulo: Saraiva.

FRANCISCHINI, Floriano G.; GURGEL, Floriano do Amaral. Administração de materiais e do patrimônio. São Paulo: Pioneira Thomson Learning

5. GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira (10 ed.). São Paulo: Pearson Education, 2004.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas.

MAXIMIANO, Antonio C. Amaru. Teoria Geral da Administração - da Revolução Urbana à Revolução Digital. São Paulo: Ed. Atlas.

MEIRELLES, Hely L.. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros.

MINTZBERG, H.; LAMPEL, J.; QUINN, J.B.; GHOSHAL, S.. O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados. Porto Alegre: Bookmann.

PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da qualidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas.

ROBBINS, Stephen Paul. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial - LTC - Livros Técnicos e Científicos: Rio de Janeiro.

Lei Federal n°. 4320/64. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Lei complementar n°. 101/2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Lei 8.429/92. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

**ARQUITETO:** Projetos arquitetônicos e complementares: interpretação e elaboração. Materiais e técnicas construtivas: Instalações elétricas, hidrossanitárias, telefônicas, ar-condicionado, telefonia, prevenção contra incêndios. Acessibilidade. Eficiência energética, sustentabilidade. Planejamento, controle e fiscalização de obras. Acompanhamento de obras. Patrimônio histórico e cultural. Paisagismo e arborização urbana. Planejamento urbano e regional: noções de sistema cartográfico e de geoprocessamento, sistema viário, parcelamentos urbanos, uso do solo, gestão urbana, instrumentos de gestão, legislação ambiental e urbanística. Infraestrutura urbana. Programas de habitação popular: modalidades, acesso, projeto e execução; Informática aplicada à arquitetura. Ética profissional.

#### **BIBLIOGRAFIA**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. .

BRASIL. Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade.

CARDÃO, Celso. Técnica da Construção. Belo Horizonte: Edições Engenharia e Arquitetura.

CREDER, Hélio. Instalações Elétricas.. São Paulo: LTC.

DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: Pini.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

KOHLSDORF, Maria Elaine. A apreensão da forma da cidade. Brasília: Editora UnB, 1996.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Patrimônio cultural e preservação da identidade dos lugares. In: Arqitetura revista. v. 1, nº 2, 2005. (disponível em: <http://www.arquiteturarevista.unisinos.br/index.php?e=2&s=9&a=7>).

MASCARÓ, Juan Luis. O custo das decisões arquitetônicas: como explorar boas idéias com orçamento limitado. Porto Alegre: Sagra Luzzatto.

MASCARÓ, Lucia Raffo de. Luz, clima e arquitetura. São Paulo: Nobel.

MESENTIER, Leonardo Marques de. Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania. (disponível em: [http://www.artigocientifico.com.br/uploads/artc\\_1151515071\\_97.pdf](http://www.artigocientifico.com.br/uploads/artc_1151515071_97.pdf)).

PINI. Manual Técnico de Instalações Hidráulicas e Sanitárias. 2ª Ed. São Paulo: Pini.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

SÃO JOSÉ DO NORTE, RS. Lei Municipal nº 02, de 16 de junho de 1987. Institui o novo Código de Posturas do Município de São José do Norte. (inclusive anexos e leis complementares).

SÃO JOSÉ DO NORTE, RS. Lei Municipal nº 456, de 13 de dezembro de 2006. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável e de Integração Urbano-Rural de São José do Norte (inclusive anexos e leis complementares).

Código de ética Profissional

**ARTETERAPEUTA:** Diferentes abordagens em Arteterapia; Livre Expressão: a Arte como elemento facilitador de acesso ao universo imaginário e simbólico; Desenvolvimento das potencialidades latentes e autoconhecimento; Interdisciplinaridade em Arteterapia; Estudo dos Conteúdos Simbólicos: Linguagem e Leitura; Tríade: Sensação, Sentimento e Sentido; Instrumentos da Arteterapia: teoria, técnicas e vivências nas diferentes linhas de expressão a partir da Leitura Simbólica; Artes Plásticas; Artes Cênicas; Música; Expressão Corporal; Literatura; Artes Manuais; Educação continuada dos profissionais do sistema socioeducativo; Trabalho Multidisciplinar; Trabalho em Rede; Orientação Familiar; Princípios de intersectorialidade; Mediação de Conflitos; Ética profissional; Elaboração de Relatórios e Pareceres; Estudo de caso.

#### **BIBLIOGRAFIA**

ANDRADE, Lindomar Quinto. Terapias Expressivas. São Paulo: Vetor, 200.

ARCKERMAN, Diane. Uma historia natural dos sentidos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CIORNAL, Selma. Percursos de Arteterapia. São Paulo: Summus, 2004.

GARDNER, Howard. Arte, mente e cérebro: uma abordagem cognitiva da criatividade.

GRIMBERG, Luis. O homem criativo. São Paulo: FTD, 2000

OSTROWER, Fayga. Criatividade e processos de criação. Petrópolis: Vozes, 1987.

PAÍN, Sarah e JARREAU, Glacys. Teoria e técnica da arte-terapia. Porto Alegre: Artmed, 1996.

TOMMASI, Sonia M. B. Arte-terapia e loucura. São Paulo: Veotr, 2005.

VALLADARES, Ana Claudia A. Arteterapia no novo paradigma de atenção em saúde mental. São Paulo: Vector, 2004.

**CONTROLADOR INTERNO:** Administração Financeira e Orçamentária: orçamento público, princípios orçamentários, diretrizes orçamentárias, processo orçamentário, métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público - Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamentos Anuais e execução orçamentária, ciclo orçamentário, créditos adicionais. Contabilidade: conceito, objetivos e finalidades. Registros contábeis. Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. Balancetes e demonstrativos contábeis: espécies, finalidades. Elaboração e relacionamento entre balancetes demonstrativos contábeis. Poderes Administrativos. Auditoria: a) Aspectos gerais: Normas de Auditoria. b) Ética Profissional, Responsabilidade Legal, Objetivo, Controle de Qualidade. c) Desenvolvimento do plano de auditoria: Estratégia de



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Auditoria, Sistema de informações, Controle interno, Risco de auditoria. d) Testes de auditoria: Substantivos, De observância, Revisão analítica. e) Procedimentos de auditoria: Inspeção, Observação, Investigação, Confirmação, Cálculo, Procedimentos analíticos. Administração Pública: Poderes administrativos; Atos administrativos; Contratos administrativos.; Serviços públicos; Servidores públicos; Regime jurídico administrativo; Poder de polícia; Licitação; Administração indireta; Órgãos públicos; Processo administrativo; Bens públicos; Patrimônio público; Interesse público; Improbidade administrativa; Controle da administração pública; Espécies de controle; Controle jurisdicional; Controle judicial do patrimônio público; Responsabilidade civil e responsabilidade fiscal da administração; Crimes de responsabilidade. Legislação.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e alterações.  
BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.  
BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações.  
BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e alterações. Código Tributário Nacional.  
BRASIL. Lei 1.079, de 10 de abril de 1950 e atualizações. Crimes de Responsabilidades.  
BRASIL. Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 e alterações - Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.  
BRASIL. Instrução Normativa INSS/DC Nº 100 - de 18 de dezembro de 2003 - e atualizações. - Código de Ética Profissional.  
ALMEIDA, M. C. Auditoria: um curso moderno e completo. Atlas.  
ANGÉLICO, J. Contabilidade Pública. Atlas.  
ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. Atlas.  
CRUZ, F. Auditoria Governamental. Atlas.  
DI PIETRO, M.S.Z. Direito Administrativo. Atlas.  
KOHAMA, H. Balanços Públicos - Teoria e Prática. Atlas.  
MACHADO JÚNIOR, J.T.; REIS, H.C. A Lei 4.320 comentada. IBAM  
MEIRELLES, H.L. Direito Administrativo Brasileiro. Malheiros Editores.  
BRASIL. Portaria Conjunta STN/SOF nº 04/2010 que aprova as partes I - Procedimentos Contábeis e Orçamentários e VIII - Demonstrativo de Estatística e Finanças Públicas, da 3ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP  
BRASIL. Portaria STN nº 664/2010 que aprova as partes II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III - Procedimentos Contábeis Específicos, IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V - Demonstrações Contábeis, VI - Perguntas e Respostas e VII - Exercício Prático, da 3ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP  
BRASIL. Portaria STN nº 249/2010 - 3ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais  
RIO GRANDE DO SUL. Conselho Regional de Contabilidade. Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade. CRC/RS.  
RIO GRANDE DO SUL. Conselho Regional de Contabilidade. Normas Brasileiras de Contabilidade. CRC/RS.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Regional de Contabilidade. Inventário nos Entes Públicos e Temas Conexos. CRC/RS.

SANVICENTE, A.Z. Administração Financeira. Atlas.

SILVA, L.M. Contabilidade Governamental - Um Enfoque Administrativo. Atlas.

SOUZA, N.J. Desenvolvimento Econômico. Atlas.

FORTUNA, E. Mercado Financeiro. Qualitymark.

**FISIOTERAPEUTA:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. Análise cinesiológica dos movimentos. Provas de função muscular. Desenvolvimento neuropsicomotor da criança. Cinesioterapia. Avaliação de postura e marcha. Avaliação e prescrição de tratamento fisioterapêutico em patologias ortopédicas, neurológicas, cardiovasculares, respiratórias, reumatológicas, dermatológicas. Prevenção de incapacidade em hanseníase. Atenção ao pé diabético. Atenção ao Idoso. Fisioterapia Preventiva. Órteses e Próteses.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

BRASIL; Ministério da Saúde. Guia para o controle da hanseníase. Brasília: Ministério da Saúde.

CARVALHO J. A. Amputação de Membros inferiores: em busca da plena reabilitação. São Paulo: Manole.

ELLIS, Elizabeth M; ALISON, Jennifer. Fisioterapia cardiorrespiratória prática. Rio de Janeiro: Revinter.

FLEHMIG, Inge. Texto e atlas do desenvolvimento normal e seus desvios no lactente: diagnóstico e tratamento precoce do nascimento até o 18º mês. São Paulo: Atheneu.

FREITAS, Elizabete Viana de. Tratado de geriatria e gerontologia. Rio de Janeiro Editora Guanabara Koogan.

GOULD, James A. Fisioterapia na ortopedia e na medicina do esporte. São Paulo: Manole.

HALL, SUSAN. Biomecânica Básica. 4 ed. Rio de Janeiro Editora Guanabara Koogan.

HAMILL, Joseph; KNUTZEN, Kathleen M. Bases biomecânicas do movimento humano. São Paulo: Manole.





## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

HOPPENFELD, Stanley; HUTTON, Richard. Propedêutica ortopédica: coluna e extremidades. São Paulo: Atheneu.  
KENDALL, Henry Otis; KENDALL, Florence Peterson; WADSWORTH, Gladys Elizabeth. Músculos: provas e funções. São Paulo: Manole.  
KISNER, Carolyn; COLBY, Lynn Allen. Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas. Barueri: Manole  
KOZAK, George P. Tratamento do pé diabético. Rio de Janeiro: Interlivros.  
MAGEE, David J. Avaliação musculoesquelética. São Paulo: Manole.  
Organização Mundial da Saúde; Organização Pan-Americana de Saúde. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: EDUSP.  
PICKLES, Barrie. Fisioterapia na terceira idade. São Paulo: Santos.  
SALTER, Robert Bruce. Distúrbios e lesões do sistema musculoesquelético. Rio de Janeiro: MEDSI  
SOUZA, Elza Lúcia Baracho Lotti de. Fisioterapia aplicada à obstetrícia: aspectos de ginecologia e neonatologia. São Paulo: Medsi.  
UMPHRED, Darcy Ann. Fisioterapia neurológica. Barueri: Manole.

**GEÓLOGO:** Geologia Geral. Estudos das rochas ígneas, metamórficas e sedimentares. Tempo Geológico, Geodinâmica externa e interna. Recursos Minerais do Estado do Rio Grande do Sul; Geoquímica e Geofísica. Mineralogia e Petrografia Minerais: definição, classificação, e descrição. Propriedades físicas e químicas dos minerais. Origem, forma de ocorrência. Rochas ígneas extrusivas e intrusivas, Rochas metamórficas. Petrografia Sedimentar. Sedimentos e rochas sedimentares. Geologia de Engenharia. Conceituação e fundamentação da Geologia de Engenharia. Estudos das rochas e solos quanto ao seu comportamento sob as solicitações ligadas às obras de Engenharia. Movimento e ações da água nos maciços de solos e rochosos. mecanismos de acidentes geológicos; problemas de geologia de Engenharia aplicadas a barragens, a obras viárias e aeroviárias, a mineração, túneis e obras subterrâneas, e parcelamento de solo urbano. Hidrogeologia: Conceitos básicos de hidrogeologia: Ciclo Hidrológico, origem e circulação, Balanço Hídrico. Propriedades físicas dos Aquíferos, hidroquímica das águas subterrâneas. Características hidrogeológicas dos sistemas aquíferos. Projeto e construção de poços tubulares. Uso e Gestão da água subterrânea. Geologia, Meio Ambiente e Legislação Ambiental Política Nacional de Meio Ambiente. Lei Federal 6938/81. Sistema Nacional de Meio Ambiente. Licenciamento Ambiental. Competência do Licenciamento Ambiental. Sistema Estadual de Meio Ambiente. Os municípios e o Licenciamento Ambiental. Código Estadual de Meio Ambiente. Resolução CONAMA 237/1997. Resoluções CONSEMA 05/98, 04/00, 16/00. Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal. Conceitos de sustentabilidade, preservação e conservação ambiental. Lei Federal n.º 9605/98, Lei de Crimes Ambientais.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

CPRM - Hidrogeologia - Conceito e Aplicações: Coordenadores Fernando A.C. Feitosa, João Manoel Filho.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

CUSTÓDIO, E.; LLAMAS, M. Hidrologia Subterrânea. Barcelona: Ed. Omega.  
DANA, J. D. Manual de Mineralogia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.  
FREIRE, W. Código de Mineração Anotado e legislação Complementar e Ambiental em Vigor. Belo Horizonte.  
HOLZ, MICHAEL & DE ROS, LUIZ FERNANDO. Geologia do Rio Grande do Sul Editores. Porto Alegre: CIGO/UFRGS. Edição revisada.  
KLEIN, Cornelis. Minerals and Rocks. Copyright, by Jonh Wiley & Sons, Inc.  
LEINZ, V. & AMARAL, S. E. do. Geologia Geral. São Paulo: Companhia Editora Nacional.  
OLIVEIRA, A. M. S; BRITO, S.N.A. Geologia de Engenharia. ABGE, CNPQ & FAPESP.  
TEIXEIRA, W. Toledo, M.C.M. Fairchild, T.M. Taioli, F. Decifrando a Terra. Oficina de Textos.  
WINKLER, H. G. F. Petrogênese das Rochas Metamórficas. Porto Alegre: Editora Edgar Bluecher Ltda.  
BRASIL, Lei Federal 6938/81. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e dá outras providências.  
BRASIL. Lei federal nº 9605/98. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências  
Código Estadual de Meio Ambiente. Resolução CONAMA 237/1997.  
Resoluções CONSEMA 05/98, 04/00, 16/00.

**MÉDICO:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. SAÚDE PÚBLICA: Noções gerais de medicina. Bioestatística. Epidemiologia. Sistemas imunitário e suas doenças. Moléstias infecciosas. Sistema nervoso e suas doenças. Sistema respiratório e suas doenças. Sistema cardiovascular e suas doenças. Sistema genito-urinário e suas doenças. Sistema digestivo e suas doenças. Doenças hematológicas e hematopoiéticas. Distúrbios nutricionais. Metabolismo e suas doenças. Sistema endócrino e suas doenças. Genética e noções de doenças hereditárias. CLÍNICA MÉDICA: Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

das doenças: cardiovasculares: insuficiência cardíaca, doença arterial coronariana, arritmias cardíacas, trombozes venosas, hipertensão arterial, choque; pulmonares: insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, derrame pleural, pneumonia, tuberculose, tromboembolismo pulmonar; sistema digestivo: neoplasias, gastrite e ulcera péptica, colecistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, hepatites, insuficiência hepática, cirrose hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon; renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrolíticos e do sistema ácido-base, nefrolitíase, infecções urinárias; metabólicas e sistema endócrinos: hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus, hipo e hipertiroidismo, doenças da hipófise e da adrenal; hematológicos: anemias hipocrônicas, macrocíticas e hemolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios de coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão; reumatológicas: osteoartrose, gota, lupus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doenças do colágeno; neurológicas: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites. neuropatias periféricas, encefalopatias; psiquiátricas: alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão; infecciosas e transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças transmissíveis. AIDS, doença de chagas, esquistossomose, leishmaniose, malária, tracoma, estreptocócicas, estafilocócicas, doença meningocócica, infecção por anaeróbicos, toxoplasmose. viroses: dermatológicas :escabiose, pediculose, dermatofitose, eczema, dermatite de contato, onicomicose. infecção bacteriana; imunológicas: doença do soro, edema, urticária, anafilaxia; ginecológicas: doença inflamatória da pelve, leucorréias, intercorrência no ciclo gravídico puerperal; intoxicações exógenas: barbitúricos, entorpecentes. Conhecimento da legislação e normas clínicas que norteiam as transferências inter-hospitalares. Lei orgânica da saúde. Estrutura, funcionamento e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Princípios éticos do exercício da medicina.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

- BRASIL: Ministério da Saúde <http://www.saude.gov.br>
- BRASIL: Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual de Hipertensão arterial e Diabetes mellitus. Brasília, 2002. - Disponível no link: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/miolo2002.pdf>
- BRASIL: Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia para o controle da Hanseníase. Brasília, 2002.
- BRASIL: Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual Técnico para o Controle da Tuberculose: cadernos de atenção básica. Brasília, 2002.
- BRASIL: Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Revista Brasileira de Saúde da Família. Brasília, 2005.
- BRASIL: Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. SIAB – Manual do Sistema de Informação de Atenção Básica. Brasília, 2000.
- BRASIL: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Saúde dentro de casa: programa de saúde da família.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Publicações Saúde da Criança.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Disponível no link:  
<http://bvsmms.saude.gov.br/php/level.php?lang=pt&component=51&item=26>  
BRASIL. Ministério da Saúde. Publicações Saúde da Mulher.

Disponível no link:  
<http://bvsmms.saude.gov.br/php/level.php?lang=pt&component=51&item=27>  
BRASIL. Ministério da Saúde. Publicações Saúde do Adolescente e do Jovem.

Disponível no link:  
<http://bvsmms.saude.gov.br/php/level.php?lang=pt&component=51&item=30>  
BRASIL. Ministério da Saúde. Publicações Saúde do Idoso.

Disponível no link:  
<http://bvsmms.saude.gov.br/php/level.php?lang=pt&component=51&item=31>  
BRASIL: Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência. Sa.de. ABC do SUS - Doutrinas e Princípios. Brasília, 1990.  
DUNCAN, B.B.; SCHMIDT, M.I.; GIUGLIANI, E. Medicina Ambulatorial - Condutas clínicas em atenção primária. Artes Médicas.  
DUNCAN, B; SCHMIDT, M.I.; GIUGLIANI, E. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseada em evidência. Artmed. .  
FLETCHER, R.; FLETCHER, S.W.; WAGNER, E.H. Epidemiologia Clínica: Elementos Essenciais. Artmed.  
GOULART, F.A.A. (org.). Os médicos e a Saúde no Brasil. Brasília: Conselho Federal de Medicina.  
HARRISON, F.; BRAUWALD et al. Medicina Interna. Mc Graw Hill.  
PEREIRA, M.G. Epidemiologia: Teoria e Prática, Guanabara Koogan.  
ROZENFELD, Suely (org.). Fundamentos da vigilância sanitária. Fiocruz.  
TIERNEY JUNIOR, L.M.; MCPHEE, S.J.; PAPADAKIS, M.A. Current Medical Diagnosis & Treatment 2003. McGraw-Hill.  
WYNGAARDEN, J.V., M.D. e LLOYD, H.S.; Jr, M.D. Cecil Tratado de Medicina Interna. Interamericana.  
Código de Ética Profissional  
CECIL - Tratado de Medicina Interna.  
Márcia L. F. Chaves, Alessandro Finkelsztejn, Marco Antonio Stefani e cols. Rotinas em neurologia e neurocirurgia. POA, Artmed, 2008 – reimpresso em 2009.  
Luiz Rohde et al. Rotinas em cirurgia digestiva - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2011.  
Doenças Infecciosas e Parasitárias: Guia de Bolso. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 8. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

**MÉDICO AUDITOR:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. Código de Ética médica. Resolução CFM n.º 1.614/2001. Auditor médico do Sistema único de Saúde (SUS). Definições de auditoria. Glosas: conceitos; legitimidade; aplicação; fundamentação; motivos. As glosas e as cobranças indevidas. Assistência média complementar. Normas técnicas para análise de procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais. História de auditoria em saúde. Legislações de referência para auditoria médica.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

Ministério de Saúde. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Decreto n.º 1.651/1995- [http://sna.saude.gov.br/legisla/legisla/sna/DEC1651\\_95sna.doc](http://sna.saude.gov.br/legisla/legisla/sna/DEC1651_95sna.doc).  
Ministério de Saúde. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Portaria n.º 2.266/2001 [http://sna.saude.gov.br/legisla/legisla/sna/GM\\_P2.266\\_01sna.doc](http://sna.saude.gov.br/legisla/legisla/sna/GM_P2.266_01sna.doc)  
Ministério de Saúde. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Portaria n.º 2.209/2002 [http://sna.saude.gov.br/legisla/legisla/sna/GM\\_P2.209\\_02\\_sna.doc](http://sna.saude.gov.br/legisla/legisla/sna/GM_P2.209_02_sna.doc).  
História de auditoria em saúde. (disponível em: <http://sna.saude.gov.br/historia.cfm>)  
LOVERDOS, A. Auditoria e Análise das Contas Médico-hospitalares. STS.  
DENASUS. Orientações Técnicas sobre Aplicação de Glosas em Auditoria no SUS. Brasília, 2005. (disponível no site: [www.saude.gov.br/publicacoes](http://www.saude.gov.br/publicacoes))  
Decreto N.º 1.651, de 28 de setembro de 1995 - Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde.  
Decreto Estadual N.º 38.546, de 05 de junho de 1998 - Institui e regulamenta o Sistema Estadual de Auditoria, no âmbito do Sistema Único de Saúde.  
Lei Estadual N.º 11.854, de 04 de dezembro de 2002 - Proíbe a discriminação de pessoas para o atendimento nos estabelecimentos de prestação de serviços de saúde, e os obriga a informar sobre os convênios que mantêm.  
Lei Estadual N.º 11.867, de 17 de dezembro de 2002 - Cria os procedimentos administrativos do Sistema Estadual de Auditoria e as medidas aplicáveis às irregularidades ocorridas no Sistema Único de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.  
Portaria N.º 113, de 4 de setembro de 1997- Da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, sobre AIH.  
Manual de Glosas do Sistema Nacional de Auditoria (disponível em: <http://sna.saude.gov.br/download/MANUAL%20DE%20GLOSA%20DO%20SNA.pdf>)

**MÉDICO CARDIOLOGISTA:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. Insuficiência cardíaca. Doença reumática. Doença arterial coronária. Valvulopatias. Miocardiopatias. Endocardiopatias. Doenças do Pericárdio. Cardiopatias Congênitas. Hipertensão arterial sistêmicas. Arritmias cardíacas. Dislipidemias. Terapia trombolítica. Embolia Pulmonar. Cardiopatias e gravidez. Exames complementares em cardiologia. Terapêutica medicamentosa e invasiva em cardiologia (procedimentos e cirurgia cardiovascular).

#### **BIBLIOGRAFIA:**

BRAUNWALD. Tratado de medicina cardiovascular.  
Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia.  
HURST'S. The heart.

**MÉDICO ECOGRAFISTA:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. ECOGRAFIA: Ultra-sonografia de pequenas partes (Desenvolvimento normal e condições patológicas): Mama, tireóide e pára-tireóides, região cervical, bolsa escrotal/testículos, parede abdominal. Ultra-sonografia pélvica e transvaginal (Desenvolvimento normal e condições patológicas): Útero, ovários e anexos, fundo de saco de Douglas. Ultra-sonografia abdominal (Desenvolvimento normal e condições patológicas): Fígado, vesícula e vias biliares, baço, pâncreas, lojas adrenais, rins, ureteres e bexiga urinária, próstata e vesículas seminais, cavidade peritoneal e



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

retroperitônio, apêndice cecal, vísceras ocas. Ultra-sonografia Obstétrica (Desenvolvimento normal e patologias) do Primeiro, segundo e terceiro trimestres. Abortamento, malformações fetais.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

GALLO, MANOEL. Ecografia Fetal - Semanas 11-14 de Embarazo - Vol. 2 1.3.4  
URI ADRIAN PRYNC FLATO / HÉLIO PENNA GUIMARÃES. Guia de Ecografia para Pronto-Socorro e UTI. Editora ATHENEU.  
BONTRAGER, K. L. Tratado de técnica radiológica e base anatômica. R.de J.: Guanabara Koogan.

**MÉDICO GINECOLOGISTA E OSBTETRA:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. Ginecologia: Dor pélvica. Síndrome pré-menstrual. Sangramento uterino anormal. Endometriose. Doença sexualmente transmissível. Doença inflamatória pélvica. Anticoncepção. Urgência em ginecologia e obstetrícia. Violência sexual. Lesões do colo uterino. Carcinoma de colo, útero, vulva e vagina. Patologia benigna e maligna de mama. Ciclo menstrual. Alterações no desenvolvimento sexual. Puberdade precoce. Anovulação crônica. Amenorréias. Infertilidade. Climatério. Hiperandrogenismo. Obstetrícia: Pré-natal. Medicina fetal. Morte fetal. Aborto. Nascimento pré-termo. Gestação pós-termo. Ruptura prematura das membranas. Doença hemolítica perinatal. Crescimento intra-uterino restrito. Gemelaridade. Avaliação da saúde fetal. Avaliação da maturidade pulmonar fetal. Infecções pré-natais. Assistência ao trabalho de parto. Indução ao parto. Fórcepe-foco-extração. Cesariana. Apresentação pélvica. Parto disfuncional. Puerpério. Amamentação. Doença hipertensiva na gestação. Diabete Mellitus gestacional. Gestação e HIV. Droga e gestação. Hemorragia ante-parto e pós-parto. Gestação ectópica. Doença trofoblástica gestacional. Controle dos Cânceres do Colo do Útero e da Mama.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

Assistência Integral à saúde da Mulher: Bases de Ação Programática. Disponível em: ([http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/assistencia\\_integral\\_saude\\_mulher.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/assistencia_integral_saude_mulher.pdf))



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Amamentação e uso de medicamentos e outras substâncias. Disponível em: (<http://www.enfermagemesaude.com.br/downloads/21/amamentacao-e-uso-de-medicamentos-e-outras-substancias>)

Amamentação e uso de Drogas. Disponível em: <http://www.enfermagemesaude.com.br/downloads/21/amamentacao-e-uso-de-medicamentos-e-outras-substancias>

BEREK JS, NATARAJAN S. OVARIAN AND FALLOPIAN TUBE CANCER. IN: BEREK JS. BEREK & NOVAK'S GYNECOLOGY. LIPPINCOTT WILLIAMS & WILKINS.

BRASIL. Ministério da Saúde. Publicações Saúde do Adolescente e do Jovem. Disponível em:

(<http://bvsm.s.saude.gov.br/php/level.php?lang=pt&component=51&item=30>)

BRASIL. Ministério da Saúde. Publicações Saúde da Mulher. Disponível em:

([http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=24902](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=24902))

BRASIL. Ministério da Saúde. Publicações Saúde do Adolescente e do Jovem. Disponível em:

([http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=29683&janela=](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=29683&janela=))

Caderno de Atenção Básica do Ministério da Saúde nº 14. Disponível em:

([http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle\\_cancer\\_colo\\_uterio\\_mama.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle_cancer_colo_uterio_mama.pdf))

CAMARGOS, A.F.; MELO, V.H.; CARNEIRO, M.M.; REIS, F.M. Ginecologia Ambulatorial: Baseada em evidências científicas. Coopmed.

Controle dos Cânceres do Colo do Útero e da Mama. Disponível em: (<http://www.enfermagemesaude.com.br/downloads/47/controle-dos-canceres-do-colo-do-uterio-e-da-mama>)

Código de Ética Médica

CUNNINGHAM, G.; LEVENO, K. J.; BLOOM, S.L.; HAUTH, J.C.; GILSTRAP, L.C.; WENSTROM, K.D. Williams Obstetrics. Mcgraw Hill Companies.

DE CHERNEY. A. PERNOLL. MARTIN. Current - Obstetria & Gynecologia - Diagnosis & Treatment. Appleton & Lange.

FREITAS, F.; COSTA, S.H.M.; RAMOS, J.G.L.; MAGALHÃES, J.A. Rotinas em Obstetrícia. Artes Médicas.

FREITAS, F.; MENKE, C.H.; RIVOIRE, W.; PASSOS, E.P. Rotinas em Ginecologia. Artes Médicas.

GIORDANO, M.G. Endocrinologia Ginecológica e Reprodutiva. Rubio.

Manual de Atenção à Mulher no Climatério. Disponível em: ([http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual\\_climaterio.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual_climaterio.pdf))

Manual Técnico de Pré-Natal e Puerpério – Atenção Qualificada e Humanizada. Disponível em: (<http://www.enfermagemesaude.com.br/downloads/89/manual-tecnico-de-pre-natal-e-puerperio-atencao-qualificada-e-humanizada>)

MATTINGLY. RICHARD; THOMPSON.,J.D. Ginecologia Operatória - Te linde. Guanabara.

Parto, Aborto e Puerpério. Assistência Humanizada á Mulher. Disponível em: (<http://www.enfermagemesaude.com.br/downloads/104/parto-aborto-e-puerperio-assistencia-humanizada-a-mulher>)

SPEROFF, L.; GLASS, R.; KASE, N. Endocrinologia Ginecológica e Infertilidade. Manole.

REZENDE . Ginecologia e Obstetrícia. Cognia





## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

**MÉDICO NEUROLOGISTA:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. NEUROLOGIA: Neuroanatomia; Fisiopatologia do sistema nervoso; Semiologia neurológica; Neuropatologia; Genética e sistema nervoso; Cefaléias; Demências e transtornos da atividade nervosa superior; Disgenesias do sistema nervoso; Alterações do estado de consciência; Transtornos do movimento; Transtornos do sono; Doenças vasculares do sistema nervoso; Doenças desmielinizantes; Doenças degenerativas; Doenças do sistema nervoso periférico; Doenças dos músculos e da placa neuromuscular; Doenças infecciosas e parasitárias; Doenças tóxicas e metabólicas; Epilepsias; Manifestações neurológicas das doenças sistêmicas; Neurologia do trauma; Tumores do sistema nervoso; Urgências em neurologia; Indicações e interpretação de (eletroencefalograma, eletroneuromiografia, líquidocefalorraqueano, neuro-imagem, potenciais evocados); Cefaléias; Algias crânio-faciais; Comas; Fisiopatologia do sono; Traumatismos crânio-encefálicos; Traumatismos raquimedulares; Síndrome de hipertensão intracraniana; Tumores intracranianos; Tumores intrarraqueanos; Doenças demielinizantes; Doenças degenerativas do sistema nervoso; Miopatias; Neuropatias periféricas; Infecções do sistema nervoso; Neuroparasitoses mais frequentes no Brasil; Acidentes vasculares do encéfalo e da medula; Manifestações neurológicas de doenças sistêmicas; Epilepsias; Demências; Fisiopatologia da motricidade; Fisiopatologia da sensibilidade; Síndromes corticais; Síndromes do tronco cerebral; Síndromes medulares.

#### **BIBLIOGRAFIA**

ADAMS R D, VICTOR M. Principle of Neurology. Editora MacGrawHill. CANELAS, H. ASSIS, J L. SCAF, M. fisiopatologia do SNC. Editora Sarvier. DE JONG R. The Neurologic Examination. Editora Harper & Row Publishers. DIAMENT A. CYPEL S. Neurologia Infantil. Editora Atheneu. FISHMAN, R. Cerebrospinal Fluid in diseases of the Nervous System. Philadelphia, W. B. Saunders Company. HOPPENFELD. Neurologia para Ortopedista. Cultura Médica. SANVITO W L. Propedêutica Neurologia



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Básica. Editora Atheneu. YACUBIAN, E. M. Tratamento medicamentoso das Epilepsias. Editora Lemos

**MÉDICO PEDIATRA:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. Assistência ao recém-nascido de baixo peso. Distúrbios metabólicos do recém nascido. Distúrbios respiratórios do recém-nascido. Icterícia neonatal. Infecções neonatais. Lesões ao nascimento: asfixia neonatal, hemorragia intracraniana, luxações e fraturas. Triagem neonatal: erros inatos do metabolismo. Aleitamento materno. Avaliação do crescimento e do desenvolvimento normais. Imunizações. Nutrição do lactente, da criança e do adolescente. Prevenção de trauma. Anemias. Asma brônquica. Rinites. Constipação. Convulsão. Desidratação e terapia de reidratação oral. Diabetes melitus. Diarréias. Distúrbios nutricionais. Doenças infectocontagiosas. Enurese noturna. Fibrose cística. Glomerulonefrite difusa aguda. Hepatites. Hiperatividade. Infecção urinária. Infecções de vias aéreas superiores e inferiores. Infecções do sistema nervoso central. Insuficiência cardíaca. Leucemia linfocítica aguda. Parasitoses. Problemas dermatológicos mais comuns. Problemas ortopédicos mais comuns. Raquitismo. Refluxo gastroesofágico. Sepsis. Sibilância do lactente ("lactente chiador"). SIDA / infecção pelo HIV. Síndrome da criança mal-tratada. Síndrome da morte súbita da criança. Síndrome nefrótica/nefritica. Manejo inicial de: Aspiração de corpo estranho, intoxicações agudas, queimaduras e afogamento. Ressuscitação cardiopulmonar: Suporte básico. Transplantes em pediatria: princípios básicos e doação de órgãos. Óbito Infantil e fetal.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde da Criança: Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Série Cadernos de Atenção Básica, n.11. (disponível em [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento\\_desenvolvimento.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento_desenvolvimento.pdf))  
BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderneta de Saúde da Criança – Menino e Menina (disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=29889&janela=1](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=29889&janela=1))



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

BRASIL. Ministério da Saúde. AIDPI - Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância. Módulo 1 a 7.

BRASIL. Ministério da Saúde. Dez Passos para uma Alimentação Saudável.

Asma e Rinite – Linhas de Conduta em Atenção Básica. Disponível em: (<http://www.enfermagemesaude.com.br/downloads/24/asma-e-rinite-linhas-de-conduta-em-atencao-basica>)

Manual de Normas de Vacinação (disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manu\\_normas\\_vac.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manu_normas_vac.pdf))

Doenças Infecciosas e parasitárias – Guia de Bolso (disponível em [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/doen\\_infecciosas\\_guia\\_bolso\\_8ed.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/doen_infecciosas_guia_bolso_8ed.pdf))

BEHRMAN, R.E & KILEGMAN, R. NELSON. Princípios de Pediatria. São Paulo: Guanabara Koogan.

BRICKS, L. F., SUCUPIRA, A. C. S. L. et. al. Pediatria em Consultório. São Paulo. Sarvier.

BRASIL. Ministério da Saúde. Publicações Saúde da Criança. Disponível no link:

<http://bvsmms.saude.gov.br/php/level.php?lang=pt&component=51&item=26>

BRASIL. Ministério da Saúde. Publicações Saúde do Adolescente e do Jovem. Disponível no link:

<http://bvsmms.saude.gov.br/php/level.php?lang=pt&component=51&item=30>

DUNCAN, B.B.; SCHMIDT, M.I.; GIUGLIANI, E. Medicina Ambulatorial - Condutas Clínicas em Atenção Primária. Artes Médicas.

DUNCAN, BRUCE. SCHIMIDT, MARIA INÊS. GIUGLIANI, Elsa. Medicina ambulatorial:

Condutas de Atenção Primária Baseada em Evidências. Artmed.

FLETCHER, R.; FLETCHER, S.W.; WAGNER, E.H. Epidemiologia clínica: elementos essenciais. Artmed.

GOULART, F.A.A. (org.). Os médicos e a saúde no Brasil. Brasília: Conselho Federal de Medicina.

HARRISON, F.; BRAUWALD et al. Medicina Interna. Mc Graw Hill.

Manual de Vigilância do Óbito Infantil e Fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito. Disponível em: ([http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Manual\\_Infantil\\_Fetal.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Manual_Infantil_Fetal.pdf))

PEREIRA, M.G. Epidemiologia: Teoria e Prática, Guanabara Koogan.

TIERNEY JUNIOR, L.M.; MCPHEE, S.J.; PAPADAKIS, M.A. Current Medical Diagnosis & Treatment. Mc-Graw-Hill.

WYNGAARDEN, J.V., M.D. e LLOYD, H.S.; Jr, M.D. Cecil Tratado de Medicina Interna Interamericana.

MIURA, ERNANI. PROCIANOY, RENATO e colaboradores. Neonatologia. Artes Médicas.

NELSON. Tratado de Pediatria. Guanabara Koogan SA.

PITREZ, JOSÉ LUIZ BOHRER. PITREZ, MÁRCIO CONDESSA e Colaboradores. Pediatria Consulta Rápida. Artmed.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

**MÉDICO PNEUMOLOGISTA:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. Anatomia e Fisiologia do Sistema Respiratório. Farmacologia do Sistema Respiratório. Métodos de: diagnóstico clínico, radiológico, tomográfico e de ressonância magnética e de ultra-sonografia do tórax. Métodos de diagnóstico bioquímico, bacteriológico, imunológico citopatológico, histopatológico. Métodos funcionais-espirometria. Microbactérias. Pneumonias e broncopneumonias, supurações pulmonares. Asma. Doenças Pulmonares Obstrutivas Crônicas - Bronquite Crônica, Enfisema, Bronquiectasias e Fibrose Cística. Cor Pulmonale e Hipertensão Pulmonar. Manifestações pulmonares na Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. Micoses pulmonares. Pneumopatias Intesticiais. Sarcoidose. Doenças da pleura. Câncer de Pulmão. Tumores Pleurais, costais e de partes moles. Doenças do Mediastino. Doenças do Diafragma. Poluição e Doenças ocupacionais. Má Formação Congênita Pulmonares. Anomalias da Caixa Torácica. Pneumopatias de Hipersensibilidade. Distúrbios do Sono. Traumatismo Torácico. Insuficiência Respiratória Aguda. Síndrome da Angústia Respiratória Aguda. Ventilação Mecânica. Risco Cirúrgico em Pneumologia. Tromboembolismo Pulmonar. Afogamento. Endoscopia brônquica. Cirurgia Redutora Pulmonar. Transplante Pulmonar. Emergências em Pneumologia. Tabagismo. Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT). Notificações SIAB. Vigilância em Saúde.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

SOPTERJ. Pneumologia. Aspectos Práticos e Atuais. Ed. Revinter.  
TARANTINO, A. B. Doenças Pulmonares. Guanabara Koogan.  
TEIXEIRA, L. C. Compêndio de Pneumologia. vol. I e II, Ed. Revinter.  
GOLDMAN, CECIL. Tratado de Medicina Interna. Ed. Guanabara Koogan.  
Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT). Disponível em:  
[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=28055](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=28055).  
Notificações SIAB. Disponível em:  
[http://portal.saude.gov.br/portal/se/datasus/area.cfm?id\\_area=743](http://portal.saude.gov.br/portal/se/datasus/area.cfm?id_area=743).  
Vigilância em Saúde. Disponível em:  
[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/area.cfm?id\\_area=962#](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/area.cfm?id_area=962#).



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

**MÉDICO PSQUIATRA:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. Transtornos mentais orgânicos, incluindo sintomáticos. Transtornos mentais e de comportamento devidos ao uso de substâncias psicoativas. Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes. Transtornos do humor (afetivo). Transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e somatoformes (transtornos fóbicos-ansiosos, obsessivos-compulsivos etc.). Síndromes comportamentais associadas a distúrbios fisiológicos e a fatores físicos (transtornos alimentares, não orgânicos, do sono, disfunção sexual etc.). Transtornos da personalidade e de comportamento em adultos (transtornos específicos de personalidade etc.). Retardo mental. Tratamento psicofarmacológico. Psiquiatria forense: atividade pericial; medicina defensiva e erro médico; direitos do paciente; internação involuntária. Cid 10.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

BRASIL: Ministério da Saúde <http://www.saude.gov.br>

BRASIL. Lei nº. 10.216, de 06 de abril de 2001 - Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº. 9.716, de 07 de agosto de 1992 - Dispõe sobre a reforma psiquiátrica no Rio Grande do Sul e dá outras providências.

CORDIOLI, ARISTIDES VOLPATO. Psicofármacos. Artmed.

CID – Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento. Coordenação Organização Mundial da Saúde, Artmed.

KAPLAN, HAROLD I. SADOCK, BENJAMIN J. Compêndio de Psiquiatria. Artmed.

ZIMERMAN, DAVID. Fundamentos Psicanalíticos. Artmed.

Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID – Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas.

**MÉDICO DO TRABALHO:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. Legislação em Saúde do Trabalhador: Normas Regulamentadoras urbanas aprovadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego; Portaria 3.214 de 08 de junho de 1978 e subseqüentes relativas à Segurança e Medicina do Trabalho; Consolidação das Leis do Trabalho: Lei n.º 6.514 de 22 de dezembro de 1977, capítulo V da Segurança e da Medicina do Trabalho, especialmente artigos 154 a 201 da CLT; Legislação Previdenciária aplicada ao acidente de trabalho e às doenças profissionais e do trabalho: Regulamento da Previdência Social. Decreto n.º 3.048 de 06 de maio de 1999 e suas alterações subsequentes. Agentes Patogênicos causadores de doenças profissionais ou do trabalho e Agentes ou Fatores de risco de natureza ocupacional, relacionados com a etiologia de doenças profissionais e de outras doenças relacionadas com o trabalho. Conceito legal de doença profissional e do trabalho. Doenças Profissionais: história ocupacional, quadro clínico e laboratorial, diagnóstico, prognóstico, tratamento e prevenção. Epidemiologia e bioestatística aplicadas às doenças e acidentes do trabalho. Doença mental e a saúde do trabalhador. Psicopatologia e psicodinâmica do trabalho. Síndrome do edifício doente. Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, lesões por esforços repetitivos. Violência no trabalho. Toxicologia ocupacional: vias de absorção, metabolismo, quadro clínico e laboratorial, indicadores biológicos de exposição, monitoramento biológico, diagnóstico das intoxicações profissionais, prognóstico, tratamento e prevenção. Acidentes de Trabalho: conceito legal, comunicação, análise e investigação, registro, estatísticas, coeficientes de frequência e de gravidade de acidentes, benefícios previdenciários ligados ao acidente de trabalho, auxílio-doença e auxílio acidente, causas dos acidentes e prevenção. Equiparações aos acidentes de trabalho. Higiene ocupacional: antecipação, reconhecimento, avaliação e controle de riscos ocupacionais físicos, químicos e biológicos. Monitoramento ambiental. Avaliação qualitativa e quantitativa de fatores de risco. Perícias Técnicas de insalubridade e periculosidade. Gestão de riscos no trabalho. Ergonomia: Análise do Trabalho. Bases biomecânicas, fisiológicas e antropométricas. Tarefas, atividades, cargos, postura e movimentos. Ações ergonômicas, análise da atividade e dos modos operatórios. Situação de trabalho. Intervenções ergonômicas. Trabalho em turnos. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional: planejamento e implementação. Conhecimento e aplicação da Norma Regulamentadora Nº 7-PCMSO do Ministério do Trabalho e Emprego.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

#### **BIBLIOGRAFIA:**

MENDES, R. Patologia do Trabalho. São Paulo: Atheneu,  
SALIBA, T. M. et alli. Higiene do Trabalho e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. São Paulo: LTr. GUÉRIN, Fetalii. Compreender o Trabalho para Transformá-lo. A Prática da Ergonomia. São Paulo: Edgar Blucher Ltda.  
BRASIL. Lei nº 6.514 de 22.12.1977  
Decreto Nº 3.048 de 06.5.1999. Regulamento da Previdência Social.  
Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria Nº 3.214 de 08.6.1978 Aprova as Normas Regulamentadoras do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.  
Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. São Paulo: Atlas.  
CATTANI, A. D. organizador. Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

**MÉDICO UROLOGISTA:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. Anomalias Congênitas Genitourinárias. Imagem em Urologia. Urgências Urológicas e Traumatismos Urogenitais. Infecções Urinárias. Hiperplasia Prostática Benigna; Disfunções miccionais. Incontinência Urinária Feminina. Bexiga Neurogênica. Bexiga Hiperativa. Litíase Urinária. Infertilidade. Doenças Sexualmente Transmissíveis. Disfunções Sexuais Masculinas; Transplante Renal. Câncer das Suprarenais. Câncer de Rim. Câncer do Uroepitélio. Câncer de Bexiga. Câncer de Próstata. Câncer de Testículo. Câncer de Pênis. Tumores Benignos do Trato Urogenital. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Urologia.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

WEIN, Alan J. Campbell-Walsh Urology, 9th ed. Philadelphia, Pennsylvania, Saunders, An Imprint of Elsevier, 2007.  
Tanagho, Emil A. Smith's General Urology Seventeenth Edition, New York, Mc Graw Hill Medical, 2008.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Guia Prático de Urologia. São Paulo: Editora Segmento; Rio de Janeiro: SBU - Sociedade Brasileira de Urologia.

Diretrizes da SBU (disponível em <http://www.sbu.org.br/?diretrizes>)

Urologia de Consultório (<http://www.sbu.org.br/?diretrizes>)

Urologia Feminina (<http://www.sbu.org.br/?diretrizes>)

Uro-oncologia (<http://www.sbu.org.br/?diretrizes>)

Trauma em urologia (<http://www.sbu.org.br/?diretrizes>)

Bexiga Hiperativa (<http://www.sbu.org.br/?diretrizes>)

**MÉDICO VETERINÁRIO:** Fisiologia dos animais domésticos. Principais enfermidades dos animais domésticos: Etiologia: patogenia, epidemiologia, sinais clínicos, diagnóstico, tratamento e profilaxia. Zoonoses e doenças infecciosas. Saneamento básico. Sistemas de produção animal. Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

DUKES. Fisiologia dos Animais Domésticos. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.

MERCK. Manual Merck de Veterinária. Editora Roca.

CORTÊS, J. A. Epidemiologia: Conceitos e Princípios Fundamentais. São Paulo, Livraria Varela

RIET-CORREA, F.; SCHILD, A. L.; LEMOS, R. A. A.; BORGES, J. R. J. Doenças de Ruminantes e Equídeos. Santa Maria, Vol. 1.

RIET-CORREA, F.; SCHILD, A. L.; LEMOS, R. A. A.; BORGES, J. R. J. Doenças de Ruminantes e Equídeos. Santa Maria, Editora Pallotti.

[www.cnpsa.embrapa.br](http://www.cnpsa.embrapa.br) Sistemas de produção – Frangos de corte e suínos.

[www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br) Manual de Saneamento Básico.

[www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br) RIISPOA – Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

[www.zoonoses.org.br](http://www.zoonoses.org.br) Programa de Zoonoses Região Sul – Manual de Zoonoses.

**MONITOR DO PROGRAMA MELHOR INFÂNCIA MELHOR - PIM:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da





## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. Planejamento Familiar: Métodos Contraceptivos, Aleitamento Materno; Saúde da Mulher; Saúde da Criança; Cuidados preventivos de saúde; Pressupostos teóricos e legais da Educação Profissional. Orientação vocacional e profissional. O trabalho pedagógico em equipes multidisciplinares. Vigotsky, Piaget. Ética no trabalho; O Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde da Criança: Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Série Cadernos de Atenção Básica, n.11. (disponível em

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento\\_desenvolvimento.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento_desenvolvimento.pdf))

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderneta de Saúde da Criança – Menino e Menina (disponível em

[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=29889&janela=1](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=29889&janela=1))

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Notificação de Maus-Tratos Contra Crianças e Adolescentes Pelos Profissionais da Saúde. (disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/notificacao\\_maustratos\\_crianças\\_adolescentes.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/notificacao_maustratos_crianças_adolescentes.pdf))

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Prevenção de Acidentes na Infância e Adolescência.

SCHNEIDER, Alessandra. Primeira Infância Melhor: uma inovação em política pública / Alessandra Schneider e Vera Regina Ramires. Brasília: UNESCO, Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007. (disponível em [http://www.ecdgroup.com/docs/lib\\_004731408.pdf](http://www.ecdgroup.com/docs/lib_004731408.pdf))

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Programa Primeira Infância Melhor. Guia de Orientação para GTM, Monitor e Visitador. Contribuições para políticas públicas na área do desenvolvimento infantil. Porto Alegre: Relâmpago, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Programa Primeira Infância Melhor. Guia da Gestante. 2.ed. Porto Alegre: Relâmpago, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Programa Primeira Infância Melhor. Guia da Família. 2.ed. Porto Alegre: Relâmpago, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. Portaria Nº 15/2003. Porto Alegre, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Estadual nº 42.199, de 07 de abril de 2003 - Institui o Comitê Estadual para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº. 12.544, de 03 de julho de 2006.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

**MÚSICO REGENTE:** Classificação da história da música em períodos, relacionando principais compositores. Classificação de gêneros na música de concerto e popular. Classificação dos instrumentos musicais. Leitura e compreensão de partituras. Estruturação temporal: métrica (conceito e padrões); padrões rítmicos; Leitura nas claves de Sol, de Dó na 3ª e 4ª linha e de Fá. Estruturas fraseológicas. Harmonia: tonalidade; formação de acordes; funções principais e secundárias; cifragem tradicional e popular. Identificação dos processos de elaboração musical: repetição; variação; transposição (real e tonal); inversão; retrogradação; aumento e diminuição rítmica. Manejo de equipamentos eletrônicos e softwares de música. Utilização de microfones e mesas de som. Programa para notação musical: Finale. Programa para gravação de áudio: Sonar e ProTools.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

ALALEONE, Domingos. História da música. SP: Vitale, 1960.  
ANDRADE, Mário. Aspectos da música brasileira. SP: Martins.  
GAGNARD, Madeleine. Iniciação musical dos jovens. SP: Perspectivas.  
LANGLEBEN, M.M. A música e a linguagem natural. RJ: Tempo Brasileiro.  
MARTINS, R. Educação musical: conceitos e preconceitos. RJ: FUNARTE.

**NUTRICIONISTA:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. Nutrição: Conceito, classificação, funções, fontes, digestão, absorção e metabolismo de micro e macronutrientes. Alimentos funcionais. Energia: componentes dos gastos energéticos, medidas e cálculos. Nutrição materno-infantil: acompanhamento nutricional na gestação, na lactação, do recém-nascido, do lactente, pré-escolar e escolar e patologias afins. Epidemiologia nutricional e saúde pública: Indicadores do estado nutricional; Classificação da desnutrição e obesidade em todos os grupos populacionais; Dados atuais do estado nutricional da população brasileira; Curvas de crescimento; Sistema Único de Saúde; Segurança alimentar. Nutrição clínica: Conduta nutricional na adolescência, idade adulta e idosos; Reeducação alimentar; Conduta nutricional e elaboração de dietas para doenças carenciais, gastrointestinais e glândulas anexas, endócrinas, cardiovasculares, ósseas, musculoesqueléticas, renais,



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

pulmonares, obesidade, sobrepeso, desnutrição protéico-calórica, HIV, transtornos do comportamento alimentar; Interação droga x nutriente e nutriente x nutriente; Interpretação de exames laboratoriais. Controle higiênico-sanitário dos alimentos: Aspectos microbiológicos; Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA); Boas Práticas de fabricação; Higiene pessoal, higiene dos alimentos, higiene do ambiente e dos equipamentos das unidades de alimentação. Técnica dietética e tecnologia de alimentos: Conceito, classificação e características dos alimentos; Pré-preparo e preparo dos alimentos; Técnicas fundamentais no preparo e conservação de alimentos; Elaboração de cardápios.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

- Ministério do Desenvolvimento Social. Legislação. Lei Nº 11.346, de 15/09/2006: Sobre Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2006, BRASIL. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm)
- Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Legislação. Resolução Nº 38, DE 16/07/2009: Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Brasília, 2009, BRASIL.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). Pesquisa de orçamento familiar 2008-2009 – Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos. Brasília, 2010, BRASIL. [http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008\\_2009\\_encaa/pof\\_20082009\\_encaa.pdf](http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_encaa/pof_20082009_encaa.pdf)
- Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Legislação. Resoluções. Resolução nº 216, de 15/09/2004: dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília, 2004, BRASIL.
- Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira, série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília, 2006, BRASIL.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Dez Passos para uma Alimentação Saudável.
- Ministério da Saúde. Guia Alimentar para Crianças Menores de 2 anos, série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília, 2005, BRASIL.
- ESCOTT-STUMP, S.; MAHAN, L.K. Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia. 11ª ed. São Paulo: Roca, 2005.
- KAC, G., SICHIERI, R., GIGANTE, D. P. Epidemiologia nutricional. Rio de Janeiro: Fiocruz/Atheneu, 2007.
- ORNELLAS, L. H. Técnicas Dietética, Seleção e Preparo de Alimentos. 8. ed. São Paulo: Atheneu, 2006.
- SILVA JR, E. A. Manual de Controle Higiênico-Sanitário em Alimentos. 6. ed. Rio de Janeiro: Varela, 2007.

**ODONTÓLOGO:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. Conceito de saúde, paradigma sanitário, princípios da promoção da saúde. Programa Saúde da Família. Planejamento de ações em saúde coletiva. Controle da infecção na prática odontológica. Materiais e instrumentais da clínica odontológica. Diagnóstico das doenças bucais: cárie, más-formações dentárias, doenças periodontais, lesões de mucosa, lesões de tecido ósseo, lesões glandulares, distúrbios articulares. Planejamento de tratamento odontológico (anamnese, exames complementares, prontuário). Prescrição na clínica odontológica. Prevenção das doenças bucais: cárie, doença periodontal e neoplasias individual e coletiva - métodos preventivos, fluoroterapia. Anestesiologia – indicações, anestésicos e técnicas. Tratamento das doenças bucais: cárie, doenças periodontais, lesões de mucosa, lesões de tecido ósseo, lesões glandulares e distúrbios articulares. Dentística operatória – tratamento invasivo e não invasivo da cárie dentária. Procedimentos periodontais de raspagem, plastias gengivais. Cirurgias bucais – biópsia, exodontia, suturas, tratamento de complicações cirúrgicas e infecções. Tratamento conservador da polpa dentária. Oclusão e ajuste oclusal.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

- ABOPREV. Promoção de Saúde Bucal. São Paulo, Artes Médicas.
- BARAIERI, N. L. Dentística, procedimentos preventivos e restauradores. São Paulo, Santos.
- BUISCHI, I. A promoção da saúde bucal na clínica odontológica – EAP-APCD São Paulo: Artes Médicas.
- COLEMAN, G. C., NELSON, J. F. Princípios de diagnóstico bucal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Controle de Infecções e a Prática Odontológica em tempos de AIDS – Manual de Condutas. Brasília, Ministério da Saúde. (disponível em [http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/10/manual\\_conduta\\_odonto.pdf](http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/10/manual_conduta_odonto.pdf))
- FEJERSKOV, O.; KIDD, E. Cárie Dentária. A doença e o seu tratamento clínico. São Paulo: Santos.
- GRAZIANI, M. Cirurgia buco maxilo facial. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.
- KRAMER, P. F. Promoção de Saúde Bucal em Odontopediatria: Diagnóstico, prevenção e tratamento da cárie bucal, São Paulo: Artes Médicas.
- KRUGER, G. Cirurgia Bucal e maxilofacial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- LINDHE, J. Tratado de periodontia clínica. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.
- MEZZOMO, E. Reabilitação oral para o clínico. São Paulo, Santos.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

PEREIRA e cols, A. C. Odontologia em Saúde Coletiva: Planejamento, ações e promovendo saúde. Artmed Editora.

PINTO, V. G. Saúde Bucal Coletiva. São Paulo: Editora Santos.

**PSICÓLOGO:** BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disposição Preliminar. Título I - Das Disposições Gerais; Título II - Do Sistema Único de Saúde, Disposição Preliminar; Capítulo I - Dos Objetivos e Atribuições, Capítulo II - Dos Princípios e Diretrizes, Capítulo III - Da Organização, Da Direção e Da Gestão, Capítulo IV - Da Competência e das Atribuições, Seção I - Das Atribuições Comuns e Seção II - Da Competência. BRASIL. Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. BRASIL. Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul 1989. Título VII - Da Segurança Social, Capítulo III - Da Saúde e do Saneamento Básico, Seção I - Da Saúde. RIO GRANDE DO SUL. Emenda Constitucional n.º 25, de 08 de junho de 1999. Psicopatologia da criança, adolescente e adulto. Psicologia do desenvolvimento. Psicodinâmica do indivíduo e do grupo. As principais teorias e autores da psicologia clínica. Abordagens psicoterápicas. O processo psicodiagnóstico. Psicologia do trabalho. Psicologia Escolar. Psicologia Social. Estatuto da Criança e do Adolescente. Abordagem cognitivo-comportamental. Neuropsicologia. Atendimento a pacientes com transtorno de ansiedade. Abordagem para pacientes com diagnóstico de esquizofrenia. Autismo. Tratamento da dependência química. Transtornos alimentares. Psicologia do envelhecimento. Importância das intervenções com a família. Políticas públicas de saúde mental. Cid 10. Ética. Ética

#### **BIBLIOGRAFIA:**

AGUIAR, M.A.F. Psicologia aplicada à administração: uma abordagem interdisciplinar. Saraiva.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR). Artmed.

BANDURA, A. Modificação do Comportamento. Interamericana.

BEE, H. A criança em desenvolvimento. Artmed.

CORDIOLI, ARISTIDES. V. Psicoterapias. Artmed.

CUNHA, JUREMA ALCIDES. Psicodiagnóstico - V. Artmed.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. Cortez.

DELL' AGLIO, DÉBORA; KOLLER, SILVIA H; YUNES, MARIA A. MATTA. Resiliência e Psicologia Positiva: Interfaces do Risco à Proteção. Casa do Psicólogo.

FERNÁNDEZ, Alicia. A inteligência aprisionada. Artmed.

GABBARD, GLEN O. Psiquiatria Psicodinâmica na prática clínica. Artmed.

GUARESCHI, P.A. Psicologia social crítica: como prática de libertação. EDIPUCRS.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

HALL, Calvin S., LINDSEY, Gardner e CAMPBELL, John B. Teorias da Personalidade. Artes Médicas, 1998.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa et al. Psicologia social contemporânea. Vozes.

MINAYO, Maria Cecília de Souza & DESLANDES, Suely Ferreira. Caminhos do Pensamento: Epistemologia e Método. FIOCRUZ.

MORIN, E. Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro. Cortez

NASCIMENTO, CÉLIA A. TREVISI DO ORG. et al. Psicologia e políticas públicas: experiências em saúde pública. CRP.

OSORIO, LUIZ CARLOS. Psicologia grupal: uma nova disciplina para o advento de uma era. Artmed.

OUTEIRAL, José O. Adolescer – Estudos Revisados sobre Adolescência. Revinter.

ROMANO, Wilma Bellkiss. Princípios para a prática da psicologia clínica em hospitais. Casa do Psicólogo.

SAVOIA, M.G. (Org). A Interface entre a Psicologia e Psiquiatria: novo conceito em saúde mental. Roca.

SUKIENNIK, PAULO BERÉL Org. O aluno problema: transtornos emocionais de crianças e adolescentes. Mercado Aberto.

STRAUB, RICHARD O. Psicologia da saúde. Artmed.

ZIMMERMAN, David E. Psicanálise em perguntas e respostas: verdades, mitos e tabus. Artmed

BRASIL, Ministério da Saúde. SAÚDE MENTAL NO SUS. Os Centros de Atenção Psicossocial. Secretaria de Atenção à Saúde Dpto de Ações Programáticas Estratégicas. Série F. Comunicação e Educação em Saúde. Brasília - DF 2004 (disponível em: [www.ccs.saude.gov.br/saude\\_mental/pdf/SM\\_Sus.pdf](http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/SM_Sus.pdf))

BRASIL, Ministério da Saúde. COORDENAÇÃO NACIONAL PARA A SAÚDE MENTAL. Recomendações para a Prática Clínica da Saúde mental Infantil e Juvenil nos cuidados de Saúde primários. (disponível em [http://www.acs.min-saude.pt/files/2009/10/cnsm\\_recpraticaclinicasaudemental\\_csp.pdf](http://www.acs.min-saude.pt/files/2009/10/cnsm_recpraticaclinicasaudemental_csp.pdf))

SECRETARIA DE SAÚDE ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Seção de Saúde Mental e Neurológica. Álcool e Drogas- Capacitações- Equipe Hospital Dia -III Conferência Estadual de Saúde Mental - Intersetorial- Panorama Drogas - Programa de Volta para Casa-Serviços Residenciais Terapêutico- Violência Doméstica. Disponível no site [www.saude.rs.gov.br](http://www.saude.rs.gov.br)

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:** Educação e Desenvolvimento. Tendências Pedagógicas. Avaliação escolar. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Da Educação (Arts. 196 a 219). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN - Lei Federal nº. 9.394/96. Da Educação (art. 1º). Dos Princípios e Fins da Educação Nacional (arts. 2º e 3º). Do Direito à Educação e do Dever de Educar (arts. 4º ao 7º). Da Organização da Educação Nacional (arts. 8º ao 20). Da Composição dos Níveis Escolares (art.21). Da Educação Básica (arts. 22 a 31). Do Ensino Fundamental (arts. 32 a 34). Dos Profissionais da Educação (arts. 61 a 67). Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei Federal nº. 8.069/90: Das Disposições Preliminares (arts. 1º ao 6º). Dos Direitos Fundamentais: Direito à Vida e à Saúde (arts.7º a 14). Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade (arts. 15 a 18).



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Direito à Convivência Familiar e Comunitária - Disposições Gerais (arts. 19 a 24). Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (arts. 53 a 59). Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho (arts. 60 a 69). Da Prevenção (arts. 70 a 85). Teorias do desenvolvimento da criança e da aprendizagem; O afetivo, o cognitivo e o sócio-interacionismo no processo de aprendizagem infantil. A personalidade da criança e o processo educacional. O pensamento e a linguagem. A alfabetização, a leitura e a produção de textos. A resolução de problemas e a prática pedagógica; O processo histórico do conhecimento matemático. A importância dos brinquedos e das brincadeiras no desenvolvimento psicológico da criança. Noções básicas dos conteúdos dos anos iniciais do ensino fundamental. Estratégias de organização do espaço da sala de aula; Planejamento das aulas de acordo com os recursos humanos e materiais disponíveis; A disciplina e a indisciplina no contexto da sala de aula. A utilização das metodologias de acordo com as temáticas abordadas. Compreensão das teorias curriculares e a aplicabilidade no processo de ensino-aprendizagem nos anos iniciais. Entendimento da interdisciplinaridade e da transversalidade no planejamento pedagógico. Avaliação no processo de ensino e aprendizagem da escola como meio de reflexão da prática pedagógica. A organização do trabalho pedagógico com ênfase na alfabetização e letramento e Educação Matemática destacando Situação-Problema; Conhecimento Matemático em Ação e Transposição Didática como eixos norteadores.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.  
BRASIL, Lei nº 8.069, de 31 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.  
BRASIL, Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.  
BRASIL/MEC. Parecer CEB/CNE nº. 04/1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.  
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.  
LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública- A pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola.  
HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora- Uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação.  
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense  
BORGES, Regina M. R., MORAES, Roque. Educação em Ciências nas Séries Iniciais. Porto Alegre: Sagra Luzzato.  
CARRETERO, Mario. Construir e ensinar – as Ciências Sociais e a História. POA: Artmed.  
D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Educação Matemática: da teoria à prática. São Paulo: Papyrus.  
FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global.  
FERREIRO, Emília e TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. POA: Artmed, 1986.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

KAUFMAN, Ana Maria, RODRIGUES, Maria Helena. Escola, Leitura e Produção de Textos. Porto Alegre: Artes Médicas.

KLEIMAN, Ângela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. IN: \_\_\_\_\_. Os significados do letramento. Uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Artes Médicas.

KOHAN, Walter Omar (org.). Filosofia para crianças. Série Filosofia e Crianças, vol. I a VI. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. A infância, estrangeiridade e ignorância. Belo Horizonte: Autêntica.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Docência artista: arte, gênero e ético-estética docente. Educação em Revista. Nº 43. Belo Horizonte.

LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica.

PIMENTA, Selma Garrido. Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. São Paulo: Cortez.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre Educação de Adultos. SP: Cortez.

POPKEWITZ, Thomas S. Lutando em Defesa da Alma: a política do ensino e a construção do professor. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed.

RANCIÈRE, Jacques. O Mestre Ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução de Lílian do Vale. Belo Horizonte: Autêntica.

SKILAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí? Tradução de Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A.

TFOUNI, Leda Verdiani. Adultos não-alfabetizados em uma sociedade letrada. Edição Revista. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. Letramento e alfabetização. SP: Cortez.

**PROFESSOR SÉRIES FINAIS INGLÊS:** Educação e Desenvolvimento. Tendências Pedagógicas. Avaliação escolar. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Da Educação (Arts. 196 a 219). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN - Lei Federal nº. 9.394/96. Da Educação (art. 1º). Dos Princípios e Fins da Educação Nacional (arts. 2º e 3º). Do Direito à Educação e do Dever de Educar (arts. 4º ao 7º). Da Organização da Educação Nacional (arts. 8º ao 20). Da Composição dos Níveis Escolares (art.21). Da Educação Básica (arts. 22 a 31). Do Ensino Fundamental (arts. 32 a 34). Dos Profissionais da Educação (arts. 61 a 67). Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei Federal nº. 8.069/90: Das Disposições Preliminares (arts. 1º ao 6º). Dos Direitos Fundamentais: Direito à Vida e à Saúde (arts.7º a 14). Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade (arts. 15 a 18). Direito à Convivência Familiar e Comunitária - Disposições Gerais (arts. 19 a 24). Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (arts. 53 a 59). Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho (arts. 60 a 69). Da Prevenção (arts. 70 a 85). Applied Linguistics: The nature of learner language. Errors and error analysis. Developmental patterns. Variability in learner language. Interlanguage: Behaviourist learning theory. A mentalist theory of language learning. What is 'interlanguage'? Discourse aspects of interlanguage. The role of input and interaction in L2 acquisition. Psycholinguistic aspects of interlanguage. L1 transfer. The role of consciousness in L2 acquisition. Instruction and L2 acquisition. Form-focused instruction. English Grammar:





## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Adjectives and adverbs. Articles. Conditionals. Conjunctions. Countable and uncountable nouns. *-ing* and the infinitive. Linking words. Modal verbs. Phrasal verbs. Prepositions. Pronouns. Relative clauses. Verb tenses. Word order.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira*. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998, pp. 27-35;43-51;53-55;65-67;71-77;79-85. disponível em [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn\\_estrangeira.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf)
- ELLIS, Rod. *Second Language Acquisition*. Oxford University Press, 1998, pp. 15-30; 31-34; 44-49; 51-57; 79-86.
- HEWINGS, Martin. *Advanced Grammar in Use: a self-study reference and practice book for advanced learners of English*. Cambridge University Press, 1999.
- MURPHY, Raymond. *English Grammar in Use: a self-study reference and practice book for intermediate students*. Cambridge University Press, 1992.
- SWAN, Michael. *Practical English Usage*. Oxford University Press, 1993.

**PEDAGOGO:** Educação e Desenvolvimento. Tendências Pedagógicas. Avaliação escolar. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Da Educação (Arts. 196 a 219). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN - Lei Federal nº. 9.394/96. Da Educação (art. 1º). Dos Princípios e Fins da Educação Nacional (arts. 2º e 3º). Do Direito à Educação e do Dever de Educar (arts. 4º ao 7º). Da Organização da Educação Nacional (arts. 8º ao 20). Da Composição dos Níveis Escolares (art.21). Da Educação Básica (arts. 22 a 31). Do Ensino Fundamental (arts. 32 a 34). Dos Profissionais da Educação (arts. 61 a 67). Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei Federal nº. 8.069/90: Das Disposições Preliminares (arts. 1º ao 6º). Dos Direitos Fundamentais: Direito à Vida e à Saúde (arts.7º a 14). Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade (arts. 15 a 18). Direito à Convivência Familiar e Comunitária - Disposições Gerais (arts. 19 a 24). Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (arts. 53 a 59). Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho (arts. 60 a 69). Da Prevenção (arts. 70 a 85). Ensino e aprendizagem de questões sociais. Gestão democrática e Autonomia. A relação professor/aluno e a construção da autonomia de aprendizagem. O Estatuto da Criança e do Adolescente e as implicações para a ação docente. As funções sociais da escola no mundo contemporâneo. Planejamento Participativo. Projeto Político Pedagógico. As tendências pedagógicas na educação. Planejamento de ensino e projeto pedagógico da escola. O processo de ensino e seus componentes: objetivos, conteúdos, métodos. Avaliação do ensino/aprendizagem. Educação inclusiva e fracasso escolar. Objetos de estudo da Didática e da Prática de Ensino. As relações entre Educação, Pedagogia e Didática. As articulações entre teoria e prática educativa. O ofício do professor e a aprendizagem da docência. Planejamento educacional e as novas tecnologias. O binômio educar e cuidar na infância. As articulações entre as diferentes áreas do conhecimento na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Elementos necessários à formação integral da infância (conteúdos curriculares,



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

valores, atitudes, procedimentos, arte, cultura, música, literatura, jogos, etc. A ação docente em instituições de ensino superior

#### **BIBLIOGRAFIA:**

- KENSKI, Vani A prática de ensino supervisionado. Campinas: Papyrus.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira.
- KRAMER, Sonia&LEITE, M.L. et.al. Infância e educação infantil. Campinas: Papyrus.
- LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.
- LIMA, Soraiha Miranda de Lima. Ação e reflexão no trabalho: possibilidades e limites de um projeto de formação contínua na escola. Cuiabá: Edufmt.
- MACEDO, Lino. Ensaios pedagógicos: como construir uma escola para todos? Porto Alegre: Artmed.
- NOGUEIRA, Nilbo Alves. Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica.
- OSETTO, Luciana E. (org.) Encontros e encantamentos na educação infantil. Compartilhando experiências de estágio. São Paulo: Papyrus.
- PERRENOUD, P. PAQUAY, L. ALTET, M. CHARLIER, E. (orgs.). Formando professores profissionais: que estratégias? Que competências? Porto Alegre: Artmed.
- PERRENOUD, P. Pedagogia diferenciada: das intenções às ações. Porto Alegre: Artmed.
- PICONEZ (org.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papyrus.
- PILLAR, Analice D. Fazendo artes na alfabetização: artes plásticas e alfabetização. Porto Alegre: Kuarup.
- ROSA, Dalva & SOUZA, Vanilton (orgs.). Didática e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Goiânia: Alternativa.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra.
- WALLON, Henry. A evolução psicológica da criança. Lisboa Edições .
- WEIZ, Telma. Diálogo entre ensino e aprendizagem. São Paulo: Ática.
- ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed.
- ZABALZA, Miguel. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas.

**TURISMÓLOGO:** Conceituação e organização do turismo; Dimensão: Análise estrutural; metodologia de pesquisa; Elementos históricos de turismo; características importantes; fatores determinantes. Tendências e Perspectivas. Legislação sobre Turismo. Análise macroeconômica do turismo. Sociologia do lazer e do turismo. Hotelaria: conceitos e tipologia, funções e importâncias. Turista: conceitos e tipologias. Turismo, meio ambiente e patrimônio cultural. Fundamentos geográficos do turismo. Turismo, bens culturais e elementos de museologia. Marketing em Turismo. Turismo e cultura popular. Elementos de estatística em turismo. Mídia e Turismo. Planejamento e organização do turismo. Planejamento, organização e execução de eventos em geral.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

#### **BIBLIOGRAFIA:**

- BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda. Direito do turismo: história e legislação no Brasil e no exterior. São Paulo: Senac.
- BOITEUX, Bayard do Coutto. Legislação de Turismo: tópicos de direito aplicados ao turismo. Ed. Elsevier
- BOULLÓN, Roberto C. Planejamento do espaço turístico. Bauru-SP, EDUSC
- CASSAR CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira. EDUCS.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução à Geografia do Turismo. São Paulo: Roca.
- DENCKER, Ada de F.M. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura.
- DIAS, Reinaldo & PIMENTA, Maria Alzira (Orgs.). Gestão de hotelaria e turismo. Ed: Pearson Prentice Hall.
- DIAS, Reinaldo. Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva.
- \_\_\_\_\_. Sociologia do turismo. – 1.ed. – 2.reimpr. – São Paulo: Atlas.
- \_\_\_\_\_. Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas.
- KIRSTEN, José Tiacci & RABAHY, Wilson Abrahão. Estatística aplicada às ciências humanas e turismo. Editora São Paulo: Saraiva.
- KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph.
- LILANA, Manuel Ramos. El turismo cultural, los museos y su planificación. Edición Tre S.L,
- LUKOWER, Ana. Cerimonial e protocolo. São Paulo: Contexto.
- MATIAS, Álvaro. Economia do turismo: teoria e prática. Ed. Instituto Piaget, Lisboa.
- NIELSEN, Christian. Turismo e mídia: o papel da comunicação na atividade turística. São Paulo: Contexto.
- PETROCCHI, Mário. Turismo: planejamento e gestão. São Paulo: Pearson Prentice Hall
- \_\_\_\_\_. Hotelaria: planejamento e gestão. São Paulo: Futura.
- REJOWSKYI, Miriam (Org.). Turismo no percurso do tempo. Editora Aleph, Série Turismo,.
- \_\_\_\_\_ & BARRETO, Margarita (Orgs.). Turismo: interfaces, desafios e incertezas. Caxias do Sul: EDUCS.
- RIPOLL, Graciela. Turismo popular: investimentos rentáveis. Tradução Cláudio Bruno Galvão. São Paulo: Roca.
- URRY, John. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel: SESC.
- XAVIER, Herbe. A percepção geográfica do turismo. São Paulo: Aleph
- ZANELLA, Luiz Carlos. Manual de organizações de eventos: planejamento e operacionalização. São Paulo: Atlas.
- PORTARIA Nº 268, de 22 de Dezembro de 2011.
- Dá nova redação aos arts. 13 e 15 da Portaria nº 177, de 13 de setembro de 2011, que estabelece o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes - SNRHos, regulamenta a adoção da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes - FNRH e do Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH.
- Portaria 162, de 26 de Agosto de 2011.



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Cria o Programa Turismo de Fronteiras - Frontur e dá outras providências.

Portaria 127, de 28 de Julho de 2011

Dispõe sobre delegação de competência do Ministério do Turismo - MTur a órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, para cadastramento, classificação e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

Portaria 128, de 26 de Julho de 2011

Instituir o Comitê Interministerial de Facilitação Turística - CIFat, criado pela Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e designar seus membros titulares e suplentes.

Portaria 130, de 26 de Julho de 2011

Institui o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - Cadastur, o Comitê Consultivo do Cadastur - CCCad e dá outras providências.

Portaria 126, de 26 de Julho de 2011

Dispõe sobre a criação do Centro de Informações Turísticas 2014- CIT-14 e dá outras providências.

Decreto nº 7.381, de 02 de Dezembro de 2010

O Decreto nº 7.381, regulamenta a Lei no 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências.

Portaria 160, de 05 de Novembro de 2009

Regulamenta as competências a serem observadas pelo Ministério do Turismo - MTur e pela Caixa Econômica Federal - CAIXA e sua forma de atuação nos procedimentos administrativos relacionados aos contratos de repasse e outros instrumentos congêneres.

LEI nº - 11.771, de 17 de Setembro de 2008

Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, no desenvolvimento e no estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, sobre atividades e serviços turísticos, e condições para o seu funcionamento e fiscalização; o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, relacionado ao exercício e à exploração de atividades e serviços turísticos; e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, que renomeia a Embratur e dá outras providências.

Lei Nº 11.637, de 28 de Dezembro de 2007

Dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.